

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
CURSO DE BACHAREL EM ARQUEOLOGIA

DANIEL PINC LUCIANO

**A MATERIALIDADE DOS GRUPOS INDÍGENAS POR MEIO DA COMISSÃO
RONDON (1907-1915)**

Laranjeiras – SE

2019

DANIEL PINC LUCIANO

**A MATERIALIDADE DOS GRUPOS INDÍGENAS POR MEIO DA COMISSÃO
RONDON (1907-1915)**

Monografia apresentada ao curso de bacharelado em Arqueologia do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arqueologia.

Orientadora: Juliana Salles Machado Bueno

Laranjeiras – SE

2019

Daniel Pinc Luciano

A materialidade dos grupos indígenas por meio da Comissão Rondon (1907-1915)

Monografia entregue como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Arqueologia, a comissão julgadora da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Orientador – Doutora Juliana Salles Machado Bueno

Examinador 1 – Doutor Leandro Domingues Duran

Examinador 2 – Doutora Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia

AGRADECIMENTOS

Como não sou bom nesses momentos mais emocionais e sensíveis, tentarei ser o mais breve e coletivista possível, pois tenho certeza que se eu tentar lembrar todo mundo esquecerei alguns. Primeiramente, agradeço a meus pais pelo apoio – financeiro e moral – durante toda minha formação. Agradeço também aos funcionários da UFS – principalmente o Carlos. Gostaria de agradecer também a todos professores que fizeram parte da minha graduação. Quanto a estes, agradecimentos especiais ao professor Leandro Duran que gentilmente me aceitou a fazer parte de sua PICVOL, à professora Juliana Machado que aceitou ser minha orientadora administrativa na “hora H”, e, obviamente, ao professor Fernando Almeida, o qual me convidou a fazer parte deste TCC, do mestrado, da última etapa de campo do Teotônio e, consequentemente, do PALMA e do LAPSO.

Agradeço também a todos que fizeram parte da última etapa de campo do Teotônio. Agradeço a todos do ARQUEOTROP que me receberam no MAE-USP para realizar atividades de laboratório. Agradeço aos funcionários da biblioteca do MAE-USP que me auxiliaram na procura dos livros da Comissão Rondon no acervo. Agradeço a Casa de Noca por me levarem para o mau caminho. Por fim, agradeço a todos que me fizeram ver o mundo como eu o vejo hoje. Tenho certeza absoluta que minhas convicções são as corretas.

Provavelmente, esqueci algumas pessoas mesmo tentando ao máximo não individualizar. Paciência.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda sobre a materialidade dos grupos indígenas que tiveram contato com a Comissão Rondon de 1907 a 1915. Por meio disso, busca-se identificar, descrever e organizar a materialidade dos diversos grupos indígenas que tiveram contato com essa comissão. Para a realização deste trabalho usou-se fontes primárias e secundárias sobre a Comissão Rondon. As fontes primárias foram recolhidas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Nessas instituições haviam mais de setenta livros sobre a Comissão Rondon, os quais foram usados a minoria destes, pois haviam muitos sobre linguística, botânica, zoologia, astronomia, etc. que não são o foco desse trabalho. Dito isso, a Comissão Rondon foi uma comissão exploratória que tinha como objetivo ligar o noroeste brasileiro com a capital da época: Rio de Janeiro. Para tanto, foram realizadas três Expedições principais (1907, 1908 e 1909), as quais abriram caminho para serem feitas tantas outras Expedições. Nelas descobriram-se diversos rios e grupos indígenas, abriram-se estradas, instalaram-se estações telegráficas (que mais tarde se tornaram municípios) e estudaram-se os indígenas, a flora, a fauna, a geologia, etc. Nos milhares de quilômetros desbravados pela Comissão Rondon, eles tiveram contato – sempre pacífico – com diversos grupos indígenas de variadas línguas e costumes e é sobre eles que este TCC discorrerá.

Palavras-chave: Comissão Rondon. Cultura material. Grupos indígenas.

ABSTRACT

This research addresses about the indigenous groups's materiality that had contact with the Comissão Rondon from 1907 to 1915. Hereby, the objective is to identify, describe and organize the materiality of these indigenous groups. For the realization of this research, was used primary and secondary sources about the Comissão Rondon. The primary sources were gotten at the Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) and at the Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). At these institutions there were more than seventy books about the Comissão Rondon, although were used only the minority of them, because a lot of them were about linguistics, botanic, zoology, astronomy, etc. that are not the focus of this research. Said that, the Comissão Rondon was an exploratory commission that had the objective to connect the brazilian northwest with the capital at the time: Rio de Janeiro. For that, were done three principal Expeditions (1907, 1908 and 1909) that opened ways for many other Expeditions. On that note, the commission discovered rivers and indigenous groups, opened roads, installed telegraphic stations (that later on evolved to municipalities) and studied the indigenous, the flora, the fauna, the geology, etc. On the thousands of kilometers that were covered, they had contact – always pacific – with a lot of indigenous groups of diverse languages and costumes and is about them that this research will focus.

Key Words: Comissão Rondon. Material culture. Indigenous groups.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fazenda do Caethé, entre Cáceres e Porto Esperidião.	15
Figura 2 – Entrega de presentes aos Parecis Caxinitis.....	17
Figura 3– Parecis Utiaritis sendo presenteados.....	19
Figura 4 – Porto do Destacamento de Juruena.....	24
Figura 5 - Aldeia de Nhambiquaras no Planalto dos Parecis	27
Figura 6 – Maloca Pareci (esquerda) e seu interior (direita).	46
Figura 7 – Aldeia Pareci com diversos vasos cerâmicos e cestos	48
Figura 8 – Cestos feitos pelos Parecis.....	49
Figura 9 – Mapa da localização dos Nhambiquaras e mais alguns povos indígenas do sudoeste amazônico	51
Figura 10 – Nhambiquaras Taitês e sua maloca em segundo plano em sua aldeia perto de José Bonifácio	53
Figura 11 – Aldeia Nhambiquara na Serra do Norte e seu arcabouço	53
Figura 12 – Nhambiquaras do rio Cabixi socando, espremendo e bebendo suco de abacaxi	55
Figura 13 – Diversos artefatos Nhambiquaras.....	55
Figura 14 – Cerâmica Nhambiquara (esquerda) e panela com breu Nhambiquara (direita)	56
Figura 15 – Nhambiquaras Taitês preparando beijús de mandioca. Note que a morfologia das cabaças é a mesma comparada com a da preparação do suco de abacaxi	57
Figura 16 – Planta de uma aldeia Quejara.....	58
Figura 17 – Tigela de barro negro.....	59
Figura 18 – Indígenas Quêpiquiriuâtes das cabeceiras do Pimenta Bueno	60
Figura 19 – Região ocupada pelos Pauatê	61
Figura 20 – Indígenas Quêpiquiriuáte e sua maloca.	62
Figura 21 – Indígenas Quêpiquiriuáte, vasos cerâmicos e maloca	62
Figura 22 – Indígenas Ipoteuáte no rio Ji-Paraná.....	63

Figura 23 – Colares e enfeites de pena para a cabeça dos indígenas Ipoteuáte	63
Figura 24 – Indígenas Urumi e sua maloca	64
Figura 25 – Cemitério em gruta dos indígenas Urupá no Morro dos Veados nos Campo dos Urupá (esquerda) e urna funerária Urupá (direita).....	64
Figura 26 – Região ocupada pelos Arikême.....	65
Figura 27 – Indígenas Arikêmes – aparentemente civilizados – com cabaças onde preparam e servem o “totó”, bebida fermentada alcoólica deles.	66
Figura 28 – Indígenas Quêpiquiriuáte buscando água no rio Massangana	67
Figura 29 – Região ocupada pelos Karipuna	68
Figura 30 – Cabaças Nhambiquaras.....	72
Figura 31 – Motivos ornamentais Nhambiquaras.....	73
Figura 32 – Maloca Pareci no Buracão (esquerda) e maloca Nhambiquara na Serra do Norte (direita)	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trajeto, pontos obrigatórios e estações telegráficas que a Comissão Rondon deverá percorrer	14
Tabela 2 – Informações sobre indígenas que tiveram contato com a Comissão Rondon	43
Tabela 3 – Grupos e regiões em que habitam os índios Parecis.....	45
Tabela 4 – Grupos e regiões em que habitam os Nhambiquaras, de acordo com Roquette-Pinto (1917)	50
Tabela 5 – Grupos linguísticos e regiões em que habitam os Nhambiquaras, de acordo com Miller (2008).	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 COMISSÃO RONDON.....	13
2.1 TRAJETO.....	13
2.2 EXPEDIÇÃO DE 1907	15
2.3 EXPEDIÇÃO DE 1908	22
2.4 EXPEDIÇÃO DE 1909	29
2.5 DE 1910 A 1915	37
3 INDÍGENAS	43
3.1 PARECIS	44
3.2 NHAMBIQUARAS.....	49
3.3 BOROROS.....	57
3.4 POVOS DO RIO PIMENTA BUENO	59
3.5 POVOS DO RIO JI-PARANÁ	60
3.6 POVOS DO VALE DO JAMARI.....	65
3.7 POVOS DO RIO TAPAJÓS.....	67
3.8 POVOS DO RIO MADEIRA.....	68
3.9 POVOS DO RIO CANDEIAS.....	68
3.10 POVOS DO RIO ROOSEVELT.....	69
3.11 POVOS DO RIO GUAPORÉ	70
4 DISCUSSÃO FINAL	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

Com a queda do império, em 1889, e o nascer da República no Brasil, era de extrema importância para a construção do estado¹ explorar e incorporar os territórios desconhecidos aos cantos “civilizados” das terras tupiniquins. Uma solução inovadora e moderna dessa época seria as linhas telegráficas – a internet da primeira metade do século XX. Por meio deste instrumento, a comunicação com os confins isolados do Brasil – especialmente Mato Grosso e o noroeste brasileiro – agilizaria demasiadamente.

Dito isso, o Governo da República criou, em 1907, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, popularmente conhecida como Comissão Rondon, chefiada pelo Cândido Mariano da Silva Rondon. Esta comissão tinha como objetivo ligar à capital os territórios do Amazonas, do Acre, do Alto Purús e do Alto Juruá, por meio de uma linha telegráfica de Cuiabá – já com comunicação com a capital Rio de Janeiro - até Santo Antônio do Madeira (Porto Velho), atravessando o rio Juruena e o rio Madeira (ROQUETTE-PINTO, 1917).

Para tanto, foram realizadas três Expedições: a primeira de 1907, a segunda de 1908 e a terceira de 1909. Após essas três expedições, houveram diversas outras para explorar o potencial econômico, a geografia e os povos indígenas dos sertões brasileiros, além de conservar as estradas, pontes e estações telegráficas existentes. Entre 1907 e 1915, a Comissão Rondon ergueu 1600 km de linhas telegráficas. Para isso, construíram pontes, abriram estradas, mapearam terras e rios, coletaram a fauna e a flora local, criaram postos de abastecimentos e, principalmente, fizeram contato com diversos povos indígenas.

Tal contato era realizado por meio de políticas humanistas-positivistas (popularizadas no Brasil na década de 1890), ou seja, visava uma abordagem totalmente pacífica e amigável com os indígenas (através de presentes que a Comissão os entregava), além de acreditarem que os indígenas se encontravam em um grau de civilização inferior aos “brasileiros”.

¹ Assim como algumas editoras, o autor deste Trabalho de Conclusão de Curso opta pela grafia com letra “e” minúscula, embora a norma culta sugira a grafia “Estado”. A revista *Veja* adota esta grafia desde 2007. À época ela argumentou que, “*se povo, sociedade, indivíduo, pessoa, liberdade, instituições, democracia, justiça são escritas com minúscula, não há razão para escrever estado com maiúscula.*”. Este autor concorda com esta opinião.

O presente trabalho consiste no estudo de fontes secundárias e primárias da Comissão Rondon, a fim de identificar, descrever e organizar a materialidade dos diversos povos indígenas que tiveram contato com esta comissão exploratória. Além disso, busca-se discutir estes dados etnohistóricos e etnográficos com outras fontes além dos relatórios da Comissão Rondon.

O segundo capítulo será apresentar a Comissão Rondon e suas principais Expedições (1907, 1908 e 1909). O terceiro capítulo consistirá na descrição e organização da materialidade – quando possível – dos povos indígenas que tiveram contato com a comissão. Por fim, o quarto capítulo trata-se de fazer a discussão final dos dados apresentados.

2 COMISSÃO RONDON

2.1 TRAJETO

“Desbravar esses sertões, tornal-os productivos, submettel-os á nossa atividade, aproximal-os de nós, ligar os extremos por eles interceptados, aproveitar a sua feracidade e as suas riquezas, estender até os mais recônditos confins dessa terra enorme, a acção civilizadora do homem, -eis a elevada meta de uma politica sadia e diligente, eis a obra de um estadistas que tenha a compreensão nítida das necessidade primordiais do desenvolvimento material desta Pátria, bem merecedora de ser muito amada e carinhosamente servida!” (RONDON, 1915a, p. 6)

O trajeto percorrido pela Comissão Rondon foi primeiramente proposto e apresentado por Dr. Francisco Bhering, na *Revista do Club de Engenharia do Rio de Janeiro* n. 13 de 1905, intitulado “*O valle do Amazonas e suas comunicações telegráficas*”. Segundo Dr. Bhering, a comissão construiria uma linha que, partindo de Cuyabá² fosse a Santo Antônio (Porto Velho) e dali ao Solimões e à Manáos (Manaus), enviando ramais para Villa Bella (Vila Bela da Santíssima Trindade), Príncipe da Beira, Floriano Peixoto, Bocca do Môa, Obridos, Prainha e Macapá (RONDON, 1915a).

Contudo, Rondon – ou algum político do alto escalão – decidiu mudar alguns pontos na trajetória da comissão. De acordo com a letra b, do n. XXI do art. 53, da lei n. 1617 de dezembro de 1907:

“A linha telegraphica partirá da estação de Cuyabá e irá em demanda da cachoeira de Santo Antônio do Madeira, Estado de Matto Grosso, passando pelas povoações de Guia e Borta e pela villas de Rosário e Diamantino; e além deste, pelo divisor das águas do Paraguay e Guaporé com os do Tapajós, e Gy-Paraná para penetrar pelo divisor secundário do Jamary com o Jacy-Paraná até o porto de Santo Antônio, ponto inicial da construcção da Estrada de Ferro de Madeira ao Mamoré.” (RONDON, 1915a, p. 11)

Ainda segundo o artigo, neste trecho ainda haveria um ramal para a cidade de Matto Grosso, que seria o prolongamento da linha de Cáceres; outro para o forte do Príncipe da Beira – o autor deste trabalho não conseguiu achar nada sobre este ramal -,

² O autor desse Trabalho de Conclusão de Curso optou pela grafia da época das cidades, estados, etc.

partindo de uma das cabeceiras do Jamari e um último que terminaria em Manáos, partindo de Santo Antônio, pelo divisor das águas do Madeira com o Purús.

Portanto, podemos dividir a trajetória da Comissão Rondon em três seções com suas respectivas estações telegráficas e pontos obrigatórios:

Tabela 1 – Trajeto, pontos obrigatórios e estações telegráficas que a Comissão Rondon deverá percorrer

	TRAJETO	PONTOS OBRIGATÓRIOS	ESTAÇÕES TELEGRÁFICAS
1ª SEÇÃO	S. Luiz de Cáceres até Villa Bella	Porto Esperidião no rio Jaurú e Passo Pontes e Lacerda no rio Guaporé; largo da Boa Vista, Cacimba, Boacina do Marro Grande, Fazenda do Caethé	Porto Esperidião, Pontes e Lacerda e cidade de Mato-Grosso
2ª SEÇÃO	Cuyabá até Santo Antônio do Madeira	_____	_____
3ª SEÇÃO	Rios Guaporé, Tapajós, Ji-Paraná e Jaci-Paraná, compreendendo seus principais tributários	Povoações de Guia e Brotas e as vilas de Rosário e Diamantino	Guia, Brotas, Rosário e Diamantino e outras de 90 em 90km

Vale salientar que nem todos os pontos obrigatórios foram percorridos pela comissão.

Para a realização deste trajeto a ser percorrido e desbravado, a Comissão Rondon precisou de três Expedições principais já supracitadas, as quais serão descritas nos próximos subcapítulos, com enfoque no trajeto percorrido, contato com povos indígenas, malocas abandonadas, cultura material descrita nos relatórios e qualquer outra informação que o presente autor achar relevante para o objetivo deste TCC. Ressalta-se que ao longo de todas Expedições havia uma equipe composta por praças, médico, zoólogo, botânico, etnógrafo, homens de confiança, bois cargueiros, etc. acompanhando Rondon. Contudo, não discorrerei sobre a equipe e os “bastidores” da composição da equipe.

2.2 EXPEDIÇÃO DE 1907

A Expedição de 1907 tinha como objetivo construir o ramal de Cáceres até Villa Bella da Santíssima Trindade e começar a construção da linha-tronco que começará em Cuyabá e terminará no rio Juruena, para que continue até Santo Antônio do Madeira nas Expedições posteriores.

Dito isso, em 6 de junho de 1907, Rondon chegou a Cáceres para a construção do ramal de Cáceres à Villa Bella. Partindo de Cáceres a estrada atravessava os terrenos alagadiços da margem direita do rio Paraguai (RONDON, 1946a). Andaram a noroeste, e encontraram uma aldeia abandonada de indígenas Bororos-Cabaças, da qual Rondon não cita nenhum detalhe sobre esta ou os vestígios da mesma. Ainda marchando no sentido noroeste, a 92 km de Cáceres, passando pela Fazenda do Caeté (Figura 1), chegaram no rio Jaurú, o qual tem suas cabeceiras na Chapada dos Parecis (RONDON, 1915a; RONDON, 1946a). Neste rio começaram a construção da estação telegráfica Porto Esperidião – provavelmente, no local onde se encontra o município homônimo.



Figura 1 – Fazenda do Caeté, entre Cáceres e Porto Esperidião.

Fonte: RONDON, 1915a

Ainda marchando a noroeste, chegaram no Guaporé. Após seguir uma estrada antiga nas matas do Guaporé, adentraram na antiga povoação de Lavrinhas, fundada na exploração do ouro (RONDON, 1945a; RONDON, 1915b). Neste local instalaram a estação telegráfica Pontes e Lacerda – provavelmente, onde se encontra hoje o município homônimo. Após transpor o Guaporé, a 301 km de Cáceres, a comissão chegou à capital da época do estado de Mato Grosso: Villa Bella da Santíssima Trindade. Dessa maneira, terminaram a 1ª seção (ramal). Entretanto, esta Expedição ainda não acabou.

Com o término do primeiro ramal, Rondon e sua turma se deslocaram para Cuyabá para iniciar a construção da linha-tronco e seus ramais da 3ª seção.- os quais foram finalizados ao longo de outras expedições. De Cuyabá seguiram o vale do rio Cuyabá cortando os seus afluentes da margem esquerda, como o rio Coxipó-Assú, onde assentava-se a povoação de Guia, onde se inaugurou a primeira estação da nova linha. Em seguida, passaram a povoação de Brotas, onde construíram outra estação telegráfica, e as vilas do Rosário e Diamantino, a primeira localizava-se sobre o ribeirão do Ouro e a segunda à margem direita do rio Cuyabá (RONDON, 1915a; RONDON, 1915b).

De Diamantino à frente “*Estávamos, pois, no período das verdadeiras expedições.*” (RONDON, 1915a, p. 42), uma vez que chegariam no verdadeiro território indígena desconhecido ou muito pouco conhecido. No dia 1 de setembro começou o reconhecimento aos sertões do Chapadão dos Parecis iniciando-se em Diamantino, e em direção ao Poente, até as cabeceiras principais do rio Juruena.

CHAPADÃO DOS PARECIS

Formação de relevo que pode ser encontrada em Rondônia e no noroeste de Mato Grosso com vegetação florestal no primeiro e cerrado no último.

Entrando no Chapadão dos Parecis, a comissão contornou o ribeirão dos Kagados, onde começaram a entrar em contato com os indígenas Parecis. Neste ribeirão inauguraram um porto, onde o Cacique Henrique Loucuerê levantou o pavilhão nacional no dia 7 de setembro com presença de seringueiros e outros indígenas (RONDON, 1915a; RONDON, 1915b). Nesse porto também conseguiram o primeiro guia, o indígena Pareci Zavadá-issú, presenteado com uma espingarda. Os companheiros dele também foram presenteados (RONDON, 1915a).



Figura 2 – Entrega de presentes aos Parecis Caxinitis
Fonte: RONDON, 1915a

É interessante o mecanismo de presentes que a Comissão Rondon adotou para confraternizar com os indígenas. Primeiramente, pelo fato de que Roquette-Pinto no seu popular livro *Rondônia* dizer que “*O programma será: proteger sem dirigir, para não perturbar sua evolução espontânea.*” (ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 201), ou seja, o objetivo da Comissão Rondon para com os indígenas é apenas protegê-los dos “semi-civilizados” – que é como se referem aos seringueiros ou os habitantes do noroeste brasileiro em geral. Contudo, os presentes envolviam machados de ferro, armas de fogo e outros instrumentos muito além do que consideravam o grau de evolução/civilização,

assim, perturbando e muito a “evolução espontânea” destes. Portanto, pode-se dizer que a metodologia da comissão é paradoxal a sua ideologia positivista. Entretanto, também pode-se dizer que os presentes da Comissão Rondon cumpriam uma parte do objetivo: proteger, visto que uma arma de fogo é muito mais eficiente comparado a um arco e flecha para proteger a vida do portador.

Voltando ao trajeto percorrido pela comissão: marcharam mais 43 km e chegaram à cabeceira dos Veados, onde em 1897, segundo Rondon, Badariotti assinalava a existência de uma maloca de indígenas, hoje substituída por um rancho de seringueiros (RONDON, 1946a). Mais 26 km percorridos no sentido oeste, chegaram ao ribeirão da Varzearia, localizado a 100km de Diamantino e 284km de Cuyabá. De Varzearia tomaram o sentido noroeste, passando a cabeceira do ribeirão dos Três Jacús e atravessando esse ribeirão, perto de sua embocadura no rio Sacuriuná – o qual é chamado de rio Ponte de Pedra, atualmente -, chegando no local chamado Ponte de Pedra no rio Xacuruina, no dia 14 de setembro, onde foi instalada uma estação telegráfica à margem ocidental deste rio, à 358km de Cuyabá (RONDON, 1915a).

“Esse é o primeiro trecho em que aparece o chavascal³, nova espécie de vegetação até então desconhecida, distinta das matas e dos cerradões, aproximando-se dos taquaraes quanto às dificuldades que oferece para a abertura do picadão.”
(RONDON, 1915b, p. 68)

No dia 15 retrocederam para a cabeceira dos Veados e dali continuaram para Aldeia Queimada. Neste caminho encontraram duas turmas de Parecis das aldeias de Anhanazá e Cozui-inazá com mais de 30 indígenas, entre homens, mulheres e crianças, que receberam presentes. No dia 16 de setembro prosseguiram para o poente, onde na margem esquerda da cabeceira do Buracão encontraram o terceiro grupo de Parecis que também foram presenteados.

³ O chavascal ou charravascal é uma espécie de vegetação arbustiva de difícil acesso, formada por espinheiros e outras plantas silvestres.



Figura 3— Parecis Utiaritis sendo presenteados

Fonte: RONDON, 1946b

PARECIS

Grupos: Kaxiniti, Uaimaré e Kozarini (ISA, 2018)

Localização: Planalto dos Parecis, desde o rio Arinos e cabeceiras do Paraguai até as cabeceiras dos rios Guaporé e Juruena (RONDON, 1946a; METRAUX, 1948)

Língua: Pareci, da família Arawak, com diferentes dialetos entre seus grupos (METRAUX, 1948; ISA, 2018)

Aldeia: compostas de duas casas comunais de formato elíptico com duas portas nas extremidades e localizadas nas extremidades opostas do pátio. Estas casas são feitas de madeira e cobertas de folhas de guariroba. Além das casas comunais, ainda há uma pequena casa (RONDON, 1946a; ISA, 2018)

Economia: baseada na agricultura, caça, pesca e coleta (RONDON, 1946a; ISA, 2018)

Seguiram para a cabeceira da Água Limpa no vale Sepotuba. Ao sair de Água-Limpa chegaram à cabeceira chamada pelos Parecis de Koterocô, segundo Rondon. Meia légua abaixo encontraram um grupo de indígenas chamado impropriamente de Kabixis no rancho dos seringueiros Manéco Rondon e Richemond e também deram presentes a este grupo (RONDON, 1915a). Seguiram caminho e no passo do rio Verde se encontraram com o cacique Jesuino – o guia dali em diante – e seu grupo que receberam presentes. Do rio Verde seguiram no sentido noroeste e chegaram no rio Papagaio, onde há um salto denominado Salto Utiarity, onde a comissão instalou uma estação telegráfica. No dia 10 de outubro, chegaram ao extremo do território dos Parecis, assim, iriam penetrar em terra dos Nhambiquaras (RONDON, 1946a).

NHAMBIQUARAS

Grupos: Kókôzu, Anunzê, Uaintaçu, Noroeste e Septentrional (ROQUETTE-PINTO, 1917)

Localização: Chapada dos parecis, Vale do Guaporé e a região entre os rios Iquê, Cabixi e Piolho (RONDON, 1910; MILLER, 2018)

Língua: família linguística Nhambiquara, dividida em três grupos (Sabanê, Nhambiquara do Norte e Nhambiquara do Sul) (MILLER, 2018)

Aldeia: habitações de formato cônico ao norte do território Nhambiquara; na região do Guaporé, habitações grandes e compridas e na região do vale do Juruena, habitações pequenas e semi-esféricas (RONDON, 1915a; MILLER, 2018)

Economia: baseada na agricultura e caça (RONDON, 1915a; ROQUETTE-PINTO, 1917)

Do rio Papagaio seguiram para o rio Buriti. Mais 21km e chegaram em uma feitoria de seringueiros localizada a cerca de 607km ao noroeste de Cuyabá e 500km de Cáceres. Quinze quilômetros desta feitoria chegaram ao rio da Água Quente (RONDON, 1915a).

No dia 14 de outubro a comissão seguiu com os Parecis Uazá e junto com esses indígenas chegaram na cabeceira do rio Crystal, no qual foram margeando sem rumo, pois se perderam no caminho. Após muita luta contra o chavascal, chegaram ao

acampamento previsto: Aldeia Queimada, a qual se localizava na nascente mais oriental do rio Juba, afluente do rio Sepotuba (RONDON, 1915a; RONDON, 1946a). Este acampamento era o lugar onde antigamente havia uma grande aldeia Parecis, incendiada por um seringueiro (RONDON, 1915a). De Aldeia Queimada, seguiram para a cabeceira Manatuco-suê, onde existia a maloca do amure Uazacuriri-gassu, que serviria como guia dali em diante (RONDON, 1946a).

No dia seguinte seguiram para o porto dos Nhambiquaras, ainda frequentado por indígenas daquela época e que antigamente viveram na margem direita do rio homônimo (RONDON, 1915a). Dali seguiram em frente e avistaram em pleno cerradão um indígena em frente a uma colmeia. Ele retirou um machado do baquitê⁴ que trazia com ele, e em poucos minutos abriu na árvore o buraco suficiente para conseguir enfiar a mão e retirar o mel (Ibidem). No dia seguinte chegaram a um córrego com nome de Jati.

“Pela margem esquerda desse córrego demos com um grande espaço descampado, indicio certo de tapéra⁵ de antigo aldeamento. O nosso guia reconheceu, talvez por tradição, ter sido esse lugar o de uma aldeia de Parecis, denominada – Zocuriú-iná [...]. Via-se, portanto, por essas reminiscências tradicionais, que os Parecis já povoaram o Juruena, de onde foram expulsos pelos actuaes habitantes – os Uaicoacorês, nome por eles dado ao Nhambiquaras.” (RONDON, 1915a, p. 55).

Segundo os próprios Parecis, naquele tempo, o limite das terras deles era ao noroeste do rio Buriti e pelo lado do poente das cabeceiras do Juruena e do Guaporé (RONDON, 1915a). Um fato interessante que Rondon cita é que os Parecis entendem o território dos Nhambiquaras como propriedade privada destes – mesmo sendo conquistada por meio de batalhas contra os Parecis. As madeiras, os animais, a terra que estão dentro do território dos Nhambiquaras pertencem a estes últimos.

A comissão passou os dias 18 e 19 no córrego Jati explorando os arredores. Nesses dias atravessaram diversos caminhos de indígenas que seguiam na direção sul para norte e vice-versa. No dia 20 de outubro chegaram à margem direita do rio Juruena, a 483km de Diamantino e 667km de Cuyabá. O rio Juruena era, enfim, o ponto final da primeira expedição - portanto, após a instalação da estação telegráfica neste rio, Rondon e sua turma decidiram voltar para Diamantino.

⁴ Um cesto grande que os indígenas carregam nas costas

⁵ Casa/maloca abandonada

Na volta, Rondon e a turma que o acompanhava foram atacados por Nhambiquaras, os quais já tinham fama de serem guerreiros, diferentes dos Parecis. Um companheiro de Rondon foi alvejado por duas flechas e Rondon por três, sendo que a terceira só não foi fatal porque acertou a arma que portava. Apenas no dia 29 de novembro, após muitas dificuldades impostas pelos Nhambiquaras, a Comissão Rondon chegou a Diamantino. Segundo Rondon, “*O nosso objectivo fôra atingido, tendo executado um reconhecimento de 967 kilometros, compreendendo ida e volta.*” (RONDON, 1915a, p. 61).

Com a Expedição de 1907, Rondon conseguiu tirar algumas conclusões quanto aos Parecis e Nhambiquaras. Os primeiros são pacíficos e estabeleciam contato com os civilizados, com os quais faziam comércio de borracha, da poaia e de seus artefatos indígenas, como redes de tucum e de algodão, pacarás, peneiras, cordas de tucum e penas de ema. Além disso, Rondon ainda diz que as cabeceiras que vertem para o Paraguai e muitas que vertem para o Tapajós constituem terras dos Parecis (RONDON, 1915a). Os segundos se localizavam nas proximidades do Juruena, presumindo que ainda se expandem para os tributários deste rio, segundo Rondon (1915a). São indígenas guerreiros, inimigos dos Parecis e dos semi-civilizados (seringueiros), com os quais não querem alguma relação (Ibidem).

Por fim, Rondon cita que em um manuscrito de 1843, existente no arquivo da Presidência do Estado de Matto Grosso, fala-se da localização de habitação dos Nhambiquaras (cabeceiras e margem do S. João da Barra ou rio Apiacá, tributário do Juruena pelo lado direito) e que este povo indígena é antropófago e não tem indústria alguma – o que não é verdade. Contudo, segundo os Parecis, os Nhambiquaras ocupam todo o vale do Juruena e, conforme os que Rondon observou, têm a indústria das suas armas de guerra, da cerâmica, de diversos tecidos de taquara, da pedra polida e também da agricultura, em grande escala (RONDON, 1915a).

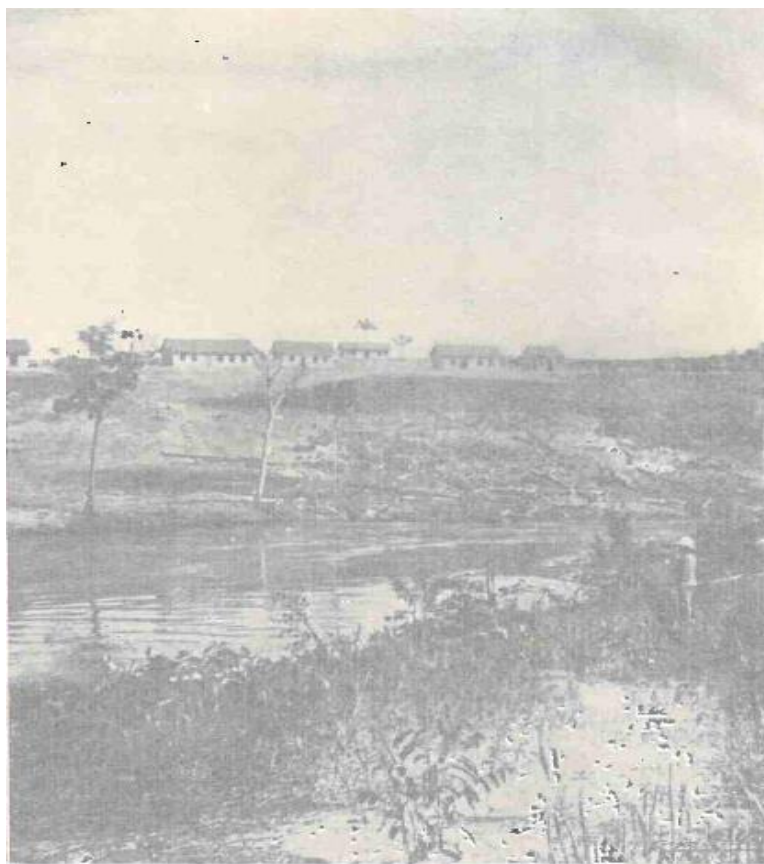
2.3 EXPEDIÇÃO DE 1908

A segunda expedição deveria sair de Aldeia Queimada para ir até Juruena, onde deixaria um destacamento, servindo de ponto de apoio ao reconhecimento, que prosseguiria para Santo Antônio do Madeira (RONDON, 1946a).

No dia 29 de julho de 1908 partiu a Expedição de Aldeia Queimada no sentido noroeste. Após 21 km chegaram ao rio Verde e, por sua vez, adentraram o Chapadão dos Parecis. Depois de chegar no rio Verde, seguiram um trilho feito por Parecis até alcançar o rio Ilio-sê. Neste trilho encontraram com Toloiri (um indígena Pareci), que seria o guia dali em diante. Do rio Ilio-sê seguiram para o rio Timalati-sê. Neste ponto a Expedição tinha percorrido 56 km, aproximadamente. Dali percorreram mais 29 km em demanda do rio Papagaio, onde, segundo Rondon (1915a; 1915b), é o começo do domínio Nhambiquara. Entretanto, de acordo com os Parecis, do Juruena para cima, é território dos Nhambiquaras (RONDON, 1915a).

Com mais 19 km de chapadão, chegaram no rio Buriti. Segundo Rondon, nesse rio, como no rio Papagaio, os Parecis viveram aproximadamente até cinquenta anos atrás daquela época (RONDON, 1915a). O guia Toloiri considera como limite atual dos territórios Parecis, para o norte, o rio Buriti, apesar de já terem habitado o Juruena e o Juina, de onde foram sucessivamente se retirando para o sul, por conta dos Nhambiquaras (Ibidem).

Do rio Buriti foram para o ribeirão Ozalalô e partiram para a cabeceira Água Quente e dali seguiram para o rio Juruena. Neste rio chegaram no mesmo lugar de 1907,



passando pelo Porto 20 de Outubro, e no dia 7 de setembro, Rondon inaugurou o destacamento do Juruena (Figura 4) (RONDON, 1915a; RONDON, 1946a). Durante o reconhecimento dos arredores do Juruena, Rondon subiu no topo de uma árvore, à margem do Juruena e defronte do Camaizocolá, observou um grande aldeamento dos Nhambiquaras na margem oposta. Toloiri afirmou que todo o Juruena, desde as suas mais altas cabeceiras, até ao seu curso inferior, é povoado por essa nação de indígenas (RONDON, 1915a).

Figura 4 – Porto do Destacamento de Juruena

Fonte: RONDON, 1915a

De Juruena marcharam mais 12 km sentido noroeste até uma cabeceira que Rondon denominou de Uiacoacorê. Neste lugar encontraram vestígios antigos e novos dos Nhambiquaras. Na cabeceira Mandaguary no km 244, encontraram a primeira aldeia destes indígenas. Esta aldeia era composta de um rancho grande – de forma idêntica à dos Parecis –, de dois ranchos menores circulares e de um rancho aberto, com forma de um setor esférico (RONDON, 1915a).

“Num dos ranchos menores encontrámos, como a que restituímos, quatro flautas de taquara em tudo semelhante ás de uso Parecis; assim como uma grande cabaça aberta na parte inferior e ligada pela superior; á um canudo comprido também de taquara, servindo de contra-baixo, instrumentos esse também em tudo semelhante ao congênere dos Parecis.” (RONDON, 1915a, p. 118)

O rancho de forma setorial servia de posto vigilante para avistar algum inimigo nos arredores e o terreiro da aldeia, de forma circular, achava-se completamente limpo (RONDON, 1915a) – uma das características das aldeias Nhambiquaras:

“No perímetro do terreiro da aldeia acumulam-se os detritos; são caroços de cumaiú, de pequi, castanhas de caju, cascas de tocarý do cerrado; caroços de manacatá, de bacaba, de burity, entre os quaes vimos alguns pé de mamona e algodão. Encontrámos uma solanácea, de fructo ovoidal com dois á três appendices coriáceos voltados para baixo, semelhante ao estoura cavalo, á respeito da qual contam os Parecis virtudes extraordinárias. As suas folhas são usadas das folhas dessa planta e fumam. Então ficam inspirados para fazer o diagnostico dos enfermos, assim tratados com segurança. Ossos de kagado, de jacaré, de anta, de cotia, de macaco e caxinguelê (Sciurus), alli estão igualmente espalhados; nesse monturo também encontrámos cacos de panela, pedaços de machados de pedra, pedaços de flechas, muitos cestos velhos, de que se servem todos os índios para carregar gructas e todos os seus petrechos domésticos. ” (RONDON, 1915a, p. 119).

Tal aldeia se localizava no alto de um espigão, longe de qualquer corpo hidrográfico – duas características gerais sobre o posicionamento das aldeias Nhambiquaras. O guia Toloiri ainda disse que havia outra aldeia em uma posição ainda mais alta que a dessa e, assim, foram para essa aldeia.

Essa aldeia era composta de um rancho grande, de três menores circulares e de quatro setores esféricos, parecendo serem casas dos vigias das aldeias (RONDON, 1915a). Nesta aldeia encontraram muitos baquités abandonados, pedaços de flechas, destroços de machado, etc. Além desses ranchos, havia uma grande roça ao lado, onde puderam observar o modo de plantio adotado por estes indígenas. A roça estava bem queimada, sem coivaras e já começada a plantação de mandioca (Ibidem).

Desta aldeia voltaram para o Porto 20 de Outubro. Marchando em direção noroeste encontraram uma aldeia de Nhambiquaras que se ligava com a aldeia anterior e com outra no outro lado do rio Juruena. No caminho de volta para o Juruena foram

emboscados por Nhambiquaras que não acertaram nenhuma flecha nos membros da Expedição. Quando chegaram no Juruena, margearam o rio até atravessá-lo e montar um acampamento na margem esquerda dele. Este acampamento se localizava a cerca de 667 km ao noroeste de Cuyabá e à 540 km ao norte de Cáceres (RONDON 1915a).

Após isso, se dirigiram para uma aldeia Nhambiquara que o cacique Toloiri mencionou. Rondon e mais alguns membros da Expedição encontraram a dita aldeia alguns quilômetros ao norte. A aldeia estava situada em alta esplanada de cerradão, com um pátio grande e bem limpo, onde pelo norte havia um grande rancho com forma de habitação dos Parecis, segundo Rondon (RONDON, 1915a). Ao nordeste desse rancho viram três ranchos menores com formas de uma calota esférica (Ibidem).

“[...] um delles continha cincoenta flautas e três cabaças embutidas na ponta de um cano de taquara, instrumentos esses empregados nas suas festas e cerimoniais religiosas. As duas outras eram de habitação de algumas famílias. Circumdando o pateo viam-se mais 14 ranchos abertos, sectores esphéricos, onde vivem, naturalmente, os índios que se destinam á guardar a aldeia e manter a tranquillidade das famílias que constituem a tribu.” (RONDON, 1915a, p. 136).

Ali ainda encontraram sementes de fumo, sabugos de milho e restos de mandioca. Como nas outras aldeias, ainda viram plantados ao redor do pátio, mamona, algodão, mangabeiras, urucum, fumo e outras plantas silvestres (RONDON, 1915a). Além da grande quantidade de baquités, Rondon e sua turma ainda encontraram na aldeia, pontas de flechas, penas de aves, resto de bijus, pedaços de fumo, pedaços de panela, *“deixando conhecer a sua cerâmica que é rudimentar.”* (RONDON, 1915, p. 136). O guia Toloiri explicou que os Nhambiquaras faziam suas panelas como os Parecis, misturando o barro com a cinza de Uhîssa, pó de pedra e minério de ferro. Essa aldeia ainda se liga com a primeira aldeia Nhambiquara encontrada pela Comissão.

Após voltar ao rio Juruena, marcharam 12 km ao sul em demanda de outra aldeia abandonada Nhambiquara. *“Ela se compunha de um grande rancho, [...] e diversos ranchinhos, característico dessa tribu.”* (RONDON, 1915a, p. 138). Investigando a aldeia encontraram pedaços de flechas, cacos de panela, machados de pedra quebrados, muitos cestos, ossos de veado, tatu, anta, peixe, cotia, caxinguelê, macaco, etc. (RONDON, 1915a). Nos arredores do terreiro encontraram plantas de mamona branca,

algodão, pés de melancia, mangabeiras, urucum, caroços de cumarú, bacaba, etc. (Ibidem). Quanto à área coberta da maloca:

“[...] tinha a forma de uma ellypse e para eixo maior 10m, 50 e para eixo menor 5m. Altura da cumieira 3m, 70. A tacanissa⁶ dessa construção é de forma de um sector de cone. Sobre a cumieira⁷ collocáram nova cumieira, em cima desta o capello de sapé. O resto da cobertura do rancho é de palha de burity. O madeiramento é de madeira fina, muito bem delineado. A cumieira é sustentada por três esteios finos de madeira branca. O conjunto do madeiramento é bem combinado, leve, sendo as ripas amarradas com talas de burity e urumbamba.” (RONDON, 1915, p. 139)



Figura 5 - Aldeia de Nhambiquaras no Planalto dos Parecis

Fonte: RONDON, 1915a

Assim, partiram para o rio Formiga, afluente da margem direita do rio Juina, depois de 13 km de marcha. Neste rio encontraram outra aldeia Nhambiquara abandonada. Ela era composta de um rancho maior em forma de zimbório e 18 ranchinhos abertos de setores esféricos, cobertos de folhas e ramos de arbustos de buriti (RONDON, 1915a). De todas estas aldeias encontradas, a comissão não levou nada com

⁶ Partes laterais do telhado

⁷ Parte do telhado que faz a junção das duas metades do telhado

eles, para mostrar respeito pelos indígenas. Apenas fotografaram os artefatos encontrados.

Em um córrego que nomearam de 20 de Setembro acharam outra aldeia abandonada. Esta aldeia está localizada na crista da vertente oriental do córrego e em um ponto em que é possível ver o horizonte ao seu redor, assim como as outras. Além disso, ela está ligada por quatro caminhos – norte, sul, leste e oeste –, ligando-a a diversas roças e outras aldeias (RONDON, 1915a).

No lixo encontraram ossos de anta, de caititu, de veado, tatú, e outros animais, muitos cacos de panela, e pedaços de machados de pedra. Pelo terreiro evidenciaram muitos baquités. A beira do córrego ainda encontraram um desses baquités “[...] *de talos de burity com fôrma e tecidos diferentes dos communes por eles usados.*” (RONDON, 1915a, p. 145). Dentro da maloca maior havia um ralador que os indígenas usavam para ralar mandioca. “*Esse ralo é feito de um pedaço de madeira molle, com fôrma de taboa, onde foram implantados, com certa arte, fibras endurecidas do tronco do burity.*” (RONDON, 1915, p. 145).

No dia 3 de outubro, depois de uma longa caminhada desde esta última aldeia abandonada, chegaram na Serra do Norte, que, segundo Rondon, era o primeiro grande obstáculo pelas vagas informações sobre os indígenas e indecisas indicações das cartas geográficas. Na Serra do Norte ainda fizeram mais dois acampamentos: Campos Novos e Último Acampamento (RONDON, 1915a).

SERRA DO NORTE

Formação de relevo que se encontra no estado de Rondônia na encosta oriental da Serra dos Parecis (RONDON, 1915a). Rondon (1946a) explica que a Serra do Norte nada mais é do que o “[...] talude da formidável escavação que resultou do lento mas contínuo esboroamento desta parte do Chapadão dos Parecis [perto do rio 3 de Outubro].” (RONDON, 1946a, p. 33). Rondon ainda diz que o aspecto dessa formação de relevo justifica o nome, mas na verdade não existe serra propriamente dita (RONDON, 1946a). Em resumo:

“[...] a Serra do Norte aflorou do terreno pela ação milenar dos cursos de água aí existentes, os quais forma, em um trabalho incessante, minando, esboroando e provocando desmoronamentos em suas margens e aprofundamento dos leitos, até produzir-se o considerável abaixamento do solo que deixou a descoberto o talude da rocha gresosa que servia de

anteparo ao chapadão.” (RONDON, 1946a, p. 33).

Assim, a Expedição de 1908 se deu por completa após 401 km de Aldeia Queimada no dia 8 de outubro de 1908, após problemas de suprimentos em pontos estratégicos das construções da Expedição. Dessa maneira, a comissão voltou para Aldeia Queimada, após sofrer mais um ataque Nhambiquara e serem vigiados por boa parte do caminho.

2.4 EXPEDIÇÃO DE 1909

O plano inicial era chegar à foz do rio Abunã, o que facilitaria a chegada ao Acre e, por um pequeno ramal, chegar ao Santo Antônio do Madeira. Para isso, uma Expedição de reforço era necessária. Portanto, foi planejado que esta ficasse no trecho do alto Jaci-Paraná e que fizesse um rigoroso levantamento deste rio. Esta Expedição ficou denominada Expedição do Norte (RONDON, 1915a). A Expedição de Rondon que descreverei a seguir foi chamada de Expedição do Sul.

Dito isso, essa Expedição partiu de Juruena em 2 de junho de 1909 em demanda do rio Formiga. Do rio Formiga foram transpostos os rios Juina, Primavera, Camararé e Camararezinho – todos já explorados nas expedições anteriores. Dali passaram pela cabeceira de Mutum-Cavallo para o rio Nhambiquaras. Continuaram marchando no sentido norte até chegarem a Serra do Norte, onde chegaram no último acampamento da Expedição passada: Campos Novos. Este acampamento se tornou uma internada denominada Retiro do Veado Branco, lugar de outra estação telegráfica (RONDON, 1915a; 1915b).

De Campos Novos chegaram em um campo que chamaram Campo dos Cururus. No dia 29 de junho deixaram este campo em busca do Chapadão dos Parecis. Ao chegar nos chapadões, fizeram um acampamento em Commemoração, nome dado a uma cabeceira ao lado de um campo feito por indígenas. Perto deste acampamento, encontraram um rio que denominaram de Ikê (RONDON, 1915a; RONDON, 1946a) – este é o rio que separa as fronteiras do estado de Mato Grosso com Rondônia.

“Estando Commemoração de Floriano sobre um vasto chapadão de campos descobertos, com 662 metros de altitude, extremidade do Planalto dos Parecis, onde o Gy-Paraná com os outros confluentes do baixo Madeira vieram buscar as suas primeiras águas[...]” (RONDON, 1915b, p. 8).

PLANALTO DOS PARECIS

Formação de relevo que ocupa a porção centro norte de Mato Grosso, sendo o principal divisor de águas do estado. Sobre essa formação, Rondon diz:

“O chapadão raso, descoberto, de altitude média de mais de 800 metros se estende até ao Descarrega e Carrega, 20 kilometros ao norte de Vilhena, desaparecendo por completo nessa altura para dar lugar à região florestal, que se dilata até ao Madeira, com insignificantes intercalações de raros pequenos cerrados ou várzeas de campos naturaes. Os campos geraes do planalto dos Parecis, distenderam para o Noroeste as suas ultimas ramificações nos campos de Commemoração de Floriano, com sub ramificações para os rincões do Descarrega e Carrega, Urú, Urussú, Sacco da Mal e Campos da Confirmação. Nesses campos nascem os rios Doze de Outubro, Corumbiara, Pimenta Bueno, Commemoração de Floriano, Duvida, Ananaz e Ikê. E’ d’alli que promanam muitos rios que desaguan no Madeira e Tapajoz. E’ ainda desse chapadão elevado que sahem os afluentes do rio Guaporé denominados Guariterê, Cabixi e Corumbiara.” (RONDON, 1915c, p. 23)

Nos chapadões, a Expedição tentava a todo custo procurar trajetos pelos campos e desviar-se das matas, o que foi muito trabalhoso, visto que tiveram muitos imprevistos pela irregularidade dos chapadões e seus campos e floresta. Enquanto picavam e queimavam a floresta nos arredores de Commemoração, os membros da Expedição se encontraram com diversos Nhambiquaras – que os atacaram -, e viram diversas

queimadas feitas pelos indígenas. Alguns membros encontraram alguns cestos cheios de pertences dos Nhambiquaras:

“Eram dous baquités cheios de tudo quanto um índio pôde possuir para a sua economia domestica: Uma bojuda cabaça para bebidas, uma panela de barro contendo maniquera, alguns pedaços de tamanduá moqueado, cêra, resina de almecega, pacotes (De folha de palmeira) contendo feijões indígenas, raízes diversas, uma pequena cabaça com chicha de mandioca, sementes de urucum, batatas amarelas e roxas e uma cuia pequena; isso tudo ocupava a metade superior do baquité, ao passo que a inferior estava forrada de folhas de um Anomospermum cheia de massa de mandioca ralada [...]. O outro cesto menor, continha uma cabaça com folha picada (Para servir de fumo?) uma outra menor vasia, uma cuia pequena, açafraão, um pedaço de sílex; na metade inferior o baquité continha feijão fava, preto, branco, vermelho e pampa. Havia além d’isso, no cesto grande, entre as cousas, um machado de diábase e um pedaço d’essa mesma pedra para confecção de outro; e no cesto pequeno, além d’um maço de fibra de tucum, cuidadosamente embrulhado, um pequenino tubo, colmo de taquarinda, contendo um pó denegrido – talvez veneno.” (RONDON, 1915a, p. 200-201)

Em Comemoração, Rondon recebeu uma carta do Tenente Lyra – um dos homens de confiança de Rondon, que sempre andava na frente da turma para abrir a picada e fazer reconhecimento prévio da região – e decidiu seguir em direção ao bivaque feito por ele, localizado no rio Cabixi – que na verdade era o rio Piroculuina. Após passar pelo ribeirão das Duas Onças e pelo rio Piroculuina, chegaram no suposto Cabixi no dia 28 de julho. No dia 1 de agosto, marchando pelas margens do Piroluina – hoje chamado de rio Piracolino – a Expedição se encontrou com o Tenente Lyra. Neste rio instalaram uma estação telegráfica que hoje se encontra o município de Vilhena.

Do rio Piroculuina seguiram por um trilho de indígenas, onde fizeram o acampamento denominado Desfiladeiro dos Dous Indios. Andando nesse trilho, a comissão encontrou

“[...] uma velha capoeira com tapera de índios. Ahi encontramos uma plantação de ananaz com alguns fructos, dous dos quaes já maduros, que colhemos e bem assim diversas mudas, afim de envial-as para o Retiro do Veado Branco. Para lá já mandei, obtidas dos Nhambiquaras, aboboras, mandiocas, feijão-fava, mamona, batata doce e urucum.” (RONDON, 1915a, p. 224).

Do acampamento Desfiladeiro dos Dous Índios, partiram para o bivaque do Tenente Pyrineus – outro homem de confiança de Rondon – na cabeceira do rio Urú. A partir daí o caminho seria sempre ao noroeste em direção ao vale do rio Jaci-Paraná. Portanto, assim seguiram para Noroeste. Entretanto, Lyra, em uma exploração parcial a nordeste, encontrou uma “cidade de índios”, formada por diversos agrupamentos de casas ou ranchos abandonados recentemente. Contaram-se 14 roças em torno do grande aldeamento, e muitos agrupamentos de casas em torno da casa maior, residência do chefe desse grupo. Nas roças haviam grandes plantações de mandioca, feijão, milho, cará, batata, amendoim, araruta e algodão. Nas aldeias haviam ossos e anta, tatú, tamanduá, veado e espinhas de peixe (RONDON, 1915a)

De acordo com o cacique Pareci Major Libanio e do indígena Joaquim – guias da Expedição -, esses indígenas tinham muitas coisas semelhantes aos Parecis Uaimarés: “*a peneira, o balaio, a coradouro, a maniquera, as presilhas de tornozelo e da perna, feitas de mangaba e de seringa.*” (RONDON, 1915a, p. 231). Na casa do chefe notou o Major alguns paus grossos, capazes de servirem de armadores de rede, o que seria empregado para os indígenas dormirem. Contudo, só notou a possibilidade do uso da rede na maloca do chefe (RONDON, 1915a). Este indício de uso da rede pode anular a possibilidade desses indígenas serem Nhambiquaras, uma vez que esse povo indígena dorme apenas no chão, motivo pelo qual os Parecis os chamam de Uaicoacorês – “gente que dorme no chão”.

Dito isso, a Expedição partiu para a cabeceira do Aborrecimento, onde fizeram um acampamento. Desta cabeceira foram para o rio Coati e dali para o acampamento do Sacco de Mala. Do acampamento do Sacco da Mala, marchando para o norte, passaram por alguns córregos e ribeirões até chegar no rio da Dúvida, nome dado por Rondon – hoje conhecido como rio Roosevelt.

Tenente Lyra e seu acompanhante durante sua exploração adiante da turma da Expedição passaram pela cabeceira do Arara e no meio do caminho encontraram alguns ranchos de indígenas, onde o Tenente Lyra e seu acompanhante acharam “*grandes panellas de barro, uma com chicha de bacaba outra com ananás⁸ macerado para bebida; um pilão, folhas de fumo, algodão, feijão fava, cará do matto, tudo isso*

⁸ Abacaxi

distribuído em grande número de baquités.” (RONDON, 1915a, p. 245). Neste acampamento deixaram alguns presentes para os indígenas.

Ao voltar para o acampamento, perto desses ranchos, encontraram uma índia carregando um bebê. Esta índia pareceu ser amigável e mostrou ao Tenente Lyra o caminho de sua aldeia. Portanto, foram para tal aldeia e relatou que nos objetos deles havia plantas, um colar muito bem feito com dentes de macaco e continhas de tucum, além de grande diversidade de cabaças, uma delas com cinzas e muitas outras que ele não se lembrava (RONDON, 1915a).

“Foi um feliz encontro esse; era a primeira vez que falávamos a esses índios que habitão o valle do Juruena e o Divisor. Apenas me parece que este grupo de Commemoração é mais tolerante e de costumes mais brandos, menos guerreiros, portanto. Porque, até hoje nenhum indício de indisposição para conosco mostraram [...]” (RONDON, 1915a, p. 246)

Voltando para a turma de Rondon que estava no rio do Paul: marchando ao norte, encontraram uma velha aldeia abandonada em um campo de mangabal, coberto de palmeiras, que segundo Rondon, eram nascidas de sementes deixadas pelos indígenas que, séculos atrás, viveram e se desenvolveram no local (RONDON, 1915a).

Após andar mais para o norte, Rondon encontrou uma cabeceira que batizou de Maria de Molina e fez lá um acampamento. Logo adiante desta cabeceira, há um espigão, onde estabeleceu mais tarde a estação José Bonifácio. A região de Maria de Molina está localizada em volta de diversos “campos indígenas” – como diz Rondon – que nada mais são que locais que sofreram queimadas pelos indígenas e com o passar do tempo viraram campos. Portanto, esta informação pode sugerir que essa região teve alta atividade indígena no passado.

Andando a sudeste, eles voltaram aos ranchos em que o Tenente Lyra esteve junto com seu acompanhante. Quando chegaram no acampamento perceberam que os indígenas levaram as ferramentas que haviam deixado, contudo não levaram o lenço que deixaram como bandeira, ainda usando a linha de pesca para firmar mais ainda tal lenço. Rondon diz que fizeram isso por esses indígenas não saberem pescar. Ele ainda acrescenta dizendo que está muito feliz com este acontecimento, pois os indígenas do povo do Juruena rasgam os lenços e quebram os espelho e miçangas, aceitando apenas as ferramentas como presentes (RONDON, 1915a).

Do acampamento em Maria de Molina partiram para a Cabeceira dos 7 Índios a 8 km dali. Nesta cabeceira, fizeram um reconhecimento marchando para noroeste, onde encontraram alguns indígenas – aparentemente pacíficos – que correram com o atacar dos cachorros da Expedição. Com isso, os indígenas deixaram para trás um menino que foi levado à um campo perto dali em que deixaram diversos presentes, e alguns baquités cheios de coisas dentro:

“1º baquité grande – Continha um feixe de varas, de fazer fogo, (Iricatilim, na expressão Ariti); uma cabaça pequena; um macho de pedra com cabo de madeira; cêra de abelha; um machado de pedra sem cabo; cará do matto assadao; dois embrulhos de conserva de mandioca (mainicuéra), enrolados em palha; sementes de urucum; dos pedaços de bijus, uma cuia pequena muito bem feita e uma cabaça pequena.

2º baquité grande – Uma cuia grande, um peixe rubafo assado, envolvido em folha de palmeira; bijus, mainicuéra; uma cuia; um pilão pequeno; um machado de pedra, de diábase, com cabo de madeira; uma faca envolvida em folhas, das deixadas pelo Tenente Lyra na maloca de caçada, onde esteve; dois gorros, (Nauéraquá na língua desses índios), feitos com pelles de animaes, tendo como enfeites cordões arranjados com as fibras da palmeira tucum (Astrocarium oláua iquá), quatro carás do matto, crus; e duas varinhas de fazer fogo.

3º baquité grande – Um machado de pedra com cabo de madeira, uma cuia, uma sabiá morta, manicuéra e páus para fazer fogo.”
(RONDON, 1915a, p. 250-251)

Ainda havia um baquité pequeno com ananases do campo; outro contendo sementes de urucum, uma cuia pequena e dois machados de pedra sem cabo. Em torno dos baquités havia um balaio, duas cabaças grandes e nove pequenas, uma peneira, três cuias grandes e cinco pequenas, uma mão de pilão, duas flechas para pescaria e uma cabaça com xixá de uma panela de barro (RONDON, 1915a).

Do acampamento da Cabeceira dos 7 Índios partiram para o noroeste a 3 km dali para o pavilhão José Bonifácio no dia 6 de setembro. Marchando a noroeste, voltaram a se cruzar com o rio da Dúvida, chegando na cabeceira do Tamanduá. Continuando a marcha no sentido noroeste, encontraram uma roça de indígenas com cerca de 150 metros de comprimento e 60 metros de largura. Dentro dela e ao seu redor existiam vestígios dos acampamentos dos indígenas, que ali estiveram para colher e preparar a maniquéra, a qual conservam como provisão para sua alimentação diária (RONDON, 1915a).

Ainda mais a noroeste, encontraram outra aldeia abandonada de indígenas. Essa aldeia está situada dentro de uma capoeira de roça, em um elevado espigão, tendo à sua esquerda o vale de um rio (RONDON, 1915a). Em torno dos ranchos havia plantação de mamonas, algodão, banana, urucum e hastes de milho de plantação antiga. Quanto às malocas, eram três grandes cobertas de palha de palmeira – Rondon diz que crê que seja de açaí. Quanto às malocas, eram “*de fôrma cônica, têm para eixo um páu central, cuja ponta em fôrma de para-raio, excede o vértice do cone, terminando sempre em forquilha.*” (RONDON, 1915a, p. 259). Estavam dispostas em triângulo, tendo duas delas portas estreitas e baixas. Uma das casas tinha uma entrada protegida lateralmente por cascas de omé, que Rondon diz ser destinado a impedir a entrada da água das chuvas (RONDON, 1915a).

Mais alguns quilômetros a noroeste, voltaram também a se cruzar com o rio Comemoração. Assim, eles voltaram a seguir pelo poente, desde que ficou reconhecido que o rio que traziam pela esquerda é da bacia do Jamari, talvez o seu principal formador – o rio Camararé. Com isso, depois de mais alguns quilômetros, acharam que haviam chegado no alto Jamari no dia 20 de setembro. Fizeram um acampamento em um local chamado Cascata do Paraíso (RONDON, 1915a).

Após marcharem a oeste-noroeste, chegaram no rio Barão de Melgaço e dali chegaram ao rio Pimenta Bueno no dia 14 de outubro, onde fizeram um acampamento na sua margem direita. À margem do rio Pimenta Bueno esperaram o Tenente Alencarliense que chegou no dia 23 de outubro com suprimentos e alguns animais para o restante da exploração. No rio Pimenta Bueno, prosseguiram por canoa a noroeste, descobrindo diversos cursos d’água, como os rios Luiz de Albuquerque, Antônio João, Rolim de Moura, Lacerda Almeida, Luis d’Alincourt, Ricardo Franco e Candeias, todos eles tributários do rio que acreditaram ser o Jamari (RONDON, 1915a; RONDON, 1946a) – mas na verdade era o Ji-Paraná. No rio Candeias, Rondon diz que habitam os Urupá que se empregam na extração da borracha. O Dr. Miranda Ribeiro, na foz do Pimenta Bueno com o Ji-Paraná, conseguiu recolher vários artefatos desse povo indígena:

“Um arco de 1m,48 de comprimento, de madeira negra e corda de tucum formada de três fios torcidos; uma flecha de um metro e 37 centímetros, de taquara, com duas penas na ponta, de madeira branca; e um ornato de cabeça, formado de fita de casca de árvore, coberto exteriormente de penas de arara, tucano e

mutum, e terminando em penacho de grandes retrices de araras, vermelhas e azues, dentre as quais saem duas plumas de garça.” (RONDON, 1946a, p. 63).

Do rio Candeias seguiram a pé e chegaram na cabeceira que achavam ser a mais oriental do rio Jaci-Paraná entre diversos morros. O Tenente Lyra encontrou o que achava ser um dos formadores mais altos do Jaci-Paraná e foram para lá para fazer um bivaque. No dia seguinte seguiram marchando rio acima. No meio do caminho encontraram uma pessoa perdida que estava há dias na mata, chamada de Miguel Sanka. Este homem disse para Rondon que partiu do rio Ji-Paraná sempre caminhando em direção ao poente e sem atravessar nenhum rio, o que significava que, se ele estivesse certo, as posições geográficas do Ji-Paraná e Jamari estavam erradas nos mapas, já que ele teria que atravessar o rio Jamari a nado ou a barco. Assim, descobriram que o rio que estavam não era um dos formadores do Jaci-Paraná e, portanto, formaram equipes de reconhecimento deste rio que, segundo Rondon, teria sua foz no Jamari. Pelo reconhecimento souberam que este rio não era afluente do Jaci-Paraná – depois souberam que é o rio Tramaco dos Urupá e Jaru dos seringueiros, tributário do vale do Urupá (RONDON, 1915a; RONDON, 1946a).

Após andar alguns quilômetros a noroeste, no dia 13 de dezembro, chegaram no que supuseram ser um dos formadores do Jaci-Paraná. Contudo, a felicidade durou pouco, pois rio abaixo encontraram um casal de seringueiros que afirmaram ser este o rio Pardo, afluente do Jamari. Dessa maneira, Rondon entendeu onde realmente estava e o que tinha dado errado:

“Só então achamos explicação para o que, em 26 de novembro, categoricamente nos afirmára o Miguel Sanka, de ter partido do Machado [Ji-Paraná] em direção do Poente e achar-se no ponto em que o encontrámos, sem ter atravessado nenhum outro rio.[...] Os rios que figuram nas cartas como cabeceiras do Jamary, são alli mencionados erradamente, são formadores do Gy-Paraná ou Machado.” (RONDON, 1915a, p. 323).

Portanto, decidiram subir o rio Jamari por barco. No curso passaram por diversos barracões de seringueiros e tiveram notícias dos Karitianas, que frequentavam as margens dos rios Candeias e Massangana; dos Ariquemes, que viviam entre os rios Preto e Branco; e dos Urupás, que estavam situados nas cabeceiras dos rios Pardo e Canaã (RONDON, 1915a).

Rondon ficou impressionado pela beleza da cachoeira do Samuel. Ele ainda diz que ela foi povoada antigamente pelos Karipunas, os primeiros habitantes do Jamari (RONDON, 1915a). Em 1886 um estadunidense, de nome Samuel, estabeleceu-se nessa cachoeira, explorando os seringais dali. Nessa época, não se conhecia a parte de cima, que foi explorada mais tarde, pelo boliviano D. Santos Mercado, o qual levou diversos outros bolivianos para conquistar o território dos indígenas até a cachoeira de Monte Cristo. Mercado quase exterminou os indígenas que habitavam o Jamari até esta cachoeira. Duarte Ribeiro foi quem primeiro explorou o Jamari, acima da cachoeira Monte Cristo, sendo seguido por outros seringueiros até a cachoeira de Santa Cruz (Ibidem).

No dia 25 de dezembro de 1909, após 237 dias de Expedição, chegaram ao Madeira e descansaram em Primor. No dia 30 de dezembro tomaram o vapor Sucre, que os conduziram de Primor para Santo Antônio do Madeira. Assim, no dia 26 de dezembro de 1909 acaba-se a Expedição de 1909. Além da turma do Rondon, ainda tiveram as turmas que desceram o rio Pimenta Bueno e o Jarú; ambas os esperaram no porto Calama, à barra do Ji-Paraná. Também teve a turma do Capitão Pinheiro que explorou o Jaci-Paraná e foi atacada pelos Karitianas e esperaram a chegada da turma do Rondon pelas cabeceiras do Jaci-Paraná

Como podemos lembrar o objetivo inicial da Expedição do Sul era chegar ao Acre através da foz do rio Abunã e dali partir para Santo Antônio do Madeira. Contudo, devido às posições geográficas errôneas dos rios Jamari, Jaci-Paraná e Ji-Paraná, e também devido às chuvas, Rondon decidiu seguir o Jamari e parar em Santo Antônio do Madeira.

2.5 DE 1910 A 1915

Após as três expedições dos anos anteriores, foram realizadas diversas explorações para o levantamento de rios, abertura de novas estradas e variantes, manutenção das estradas existentes, instalação de novas estações telegráficas e manutenção das existentes e avaliação do potencial econômico e indígena das novas regiões exploradas.

Foram abertas, de acordo com o projeto do Tenente Coronel Rondon, uma estrada da estação telegráfica de Juruena até o Passo da Linha no rio Formiga e passando pelo Juina, Camarezinho e Nhambiquaras. Abertura de estradas de Nhambiquaras até Comemoração de Floriano e dali até Maria de Molina, evitando atravessar o rio da Dúvida. Construção de nova variante de Maria de Molina para a confluência dos rios Comemoração e Pimenta Bueno, seguindo pela confluência do rio Urupá com o Ji-Paraná. Dali passaria pelos rios Jarú e Jamari, ligando a Santo Antônio do Madeira, transpondo o rio Madeira em demanda das capitais do alto Acre, alto Purús e alto Juruá (RONDON, 1915b).

No reconhecimento da variante de Maria de Molina, encontraram o mesmo aldeamento de 14 roças na Expedição de 1909, contudo este aldeamento estava queimado propositalmente pelos indígenas, segundo Rondon (RONDON, 1915c). Perto deste aldeamento, a alguns quilômetros no sentido nordeste, na meia encosta do alto espigão divisor, havia um grande campo, onde se encontravam alguns ranchos abertos que sugeriam a existência de um aldeamento provisório que constitui a vida dos Nhambiquaras. Segundo Rondon, “*O campo era produto da cultura desses índios, aberto na matta do Uiniarê; o aldeamento era um simples ikidá, aldeia de caçada, então abandonada.*” (RONDON, 1915c, p. 20).

No caminho do campo do Mangabal a Maria de Molina, para o norte e nordeste, os campos indígenas se dilatavam com o horizonte. Rondon diz que, de fato, eles se desenvolvem para essa região e que se ligam aos campos do Borá-Assú, que, por sua vez, se liga ao do Mangabal (RONDON, 1915c). Dos campos Quatorze de Abril (sudoeste do rio Riozinho, afluente do Ji-Paraná), Rondon avistou, no sentido sudoeste, nas encostas de pequenos morros que se estendiam até a divisória das águas do rio Marciano Avila com o rio Ananaz, diversos campos feitos pelos indígenas habitantes da floresta da região, os quais informaram da existência de muitos outros mais a frente (Ibidem). Segundo Rondon:

“*Do Noroeste a Sudéste a região é habitada; sendo o Norte a zona dos Taxiuvitês; o noroeste dos Cocuzús, ou Malotundús, aos quais aquelles atribuem anthropophagos; o Nascente dos Tagananis; o Nordeste dos Minis e o Sudéste os Tamaindês[...]*” (RONDON, 1915c, p. 26).

Neste meio tempo também houve a exploração do rio Juruena, a qual acabou no Tapajós. Os membros desta exploração tiveram contato com os Nhambiquaras em frente à foz do rio Juina, os quais já tinham feito amizade com os membros da comissão. Até a confluência do Juina Mirim, certos vestígios foram avistados pela margem. Na barra do Camararé foram encontrados utensílios de pesca. No Salto Augusto, pela margem esquerda, viram-se um grande aldeamento dos Apiacás (RONDON, 1915c).

Já no Tapajós, algumas aldeias de Mundurucús foram observadas. Contudo, segundo Rondon, a maior parte dos aldeamentos desse povo indígena se estabelece no rio Cururú, primeiro tributário do Tapajós, até os campos Capepiuat. Rondon diz que o Capitão Apompeu é o indígena de mais destaque no rio Cururú. Em torno de sua casa está a roça em que planta bananeiras, laranjeiras, abacateiros, cana, algodão, mandioca, milho, mamão, legumes e hortaliças (RONDON, 1915c). Apompeu informou a Rondon que os indígenas Mundurucús estavam distribuídos mais ou menos em vinte e poucas malocas e talvez que o seu total não passe de mil pessoas. Os Mundurucús sofriam bastante com os seringueiros da região que exploram a mão de obra dos indígenas e a ingenuidade dos mesmos (Ibidem).

Mais tarde houve outra exploração no rio Juruena, na qual acharam que iriam encontrar Apiacás no Salto Augusto, mas não aconteceu. Dito isso, se encontraram com os primeiros Apiacás em São Manoel na Collectoria de Matto Grosso, já “civilizados”, como diz Rondon (1915c). Nesta Collectoria, os membros da exploração ficaram sabendo que os Apiacás do Salto Augusto foram exterminados a mando do primeiro Collector Sr. Thomaz Carneiro. Com isso, os Apiacás que sobraram adentraram na floresta e abandonaram as margens do Juruena e alguns outros se encontram nesta Collectoria (Ibidem). Nesta exploração ainda passaram pelo rio Bararati, onde tiveram contato com alguns Mundurucús.

Nicolau Bueno Horta Barboza, membro da Comissão Rondon, realizou uma exploração da cabeceira do Tamandúá até a confluência dos rios Comemoração e Pimenta Bueno em 1912. Começando na cabeceira do Tamandúá passou pelo Rio da Dúvida, onde, em uma cabeceira, encontraram indícios de terem indígenas por lá – Barboza se pergunta se são indígenas Malotundus – em número de aproximadamente cinquenta indígenas, pelo tamanho do acampamento. No trecho que percorreram no rio

da Dúvida existiam diversos trilhos de indígenas que se conectavam entre grandes roças (RONDON, 1915c) – possivelmente, os Cinta Larga.

Perto da cabeceira de Uahateuassê encontraram uma grande capoeira indígena, na qual Barboza encontrou

“[...] algodoeiros, batata doce, araruta, 4 bananeiras e muito ananaz do campo e do legitimo. Grande número de baquitê; 15 ranchinhos, cocos de cumbaru, restos de urucum, embira, mais de 10 girauzinho de numerosa turma de índios. O local do respectivo acampamento ainda se conservava limpo e a areia apresentava as depressões do costume, atestando haverem ele permanecido ahi durante muitos dias.” (RONDON, 1915c, p. 218).

No córrego de Água Clara, perto do rio Barão do Melgaço, encontraram alguns ranchinhos de indígenas, semelhantes aos dos Nhambiquaras. No Barão de Melgaço, quando acaba o trecho de “vegetação emaranhada”, os vestígios indígenas se acentuam cada vez mais. Ainda neste rio:

“No primeiro rancho, e em boa ordem notei inúmeros objetos de uso domestico, como sejam: 3 altas panellas de barro, de três palmos de boca; baquités cheios de qualquer coisa que não verificamos o que fosse, afim de não desarrumar as folhas que encobriam o conteúdo; um gancho de cangalha, servindo para suspender baquités e cestos; duas gaiolas para aves, peneiras e pacarás, novos alguns, outros em meio do fabrico e outros já usados.

No rancho menor, circular como o anterior, e com duas únicas aberturas, notamos algumas flautas inteiramente novas, enfeitadas com linha branca e vermelha; uma dúzia de flautas já usadas; uma cança (instrumento de sopro); e um feixe de taquarinhas para hastes de flechas. Todos esses objectos estavam suspensos ao tecto do rancho. A maloca ou xiru fica perto de um pequenino córrego, que existe antes, isto é, ao nascente, do Guanandy-assú. Adiante dela o caminho continuou a apresentar os mesmos vestígios dos índios, os quaes só começaram a rarear apoz um trilho muito fundo[...]” (RONDON, 1915c, p. 225)

Da Cabeceira dos Dois Morros para frente desapareceram por completo os vestígios de indígenas, assim como no rio Pimenta Bueno.

Em 1913, Barboza estendeu a exploração da confluência dos rios Barão de Melgaço e Pimenta Bueno até Calama. No Ji-Paraná encontraram uma roça indígena e

dois tapiris. Os Parintintins vivem no baixo Ji-Paraná e são “inimigos terríveis” dos civilizados da região. O mesmo acontece com a nação do rio Urupá e circunvizinhanças, de nome ainda desconhecido, segundo Barboza (RONDON, 1915c).

Em 1910, o Capitão Pinheiro realizou uma exploração do Jaci-Paraná. A exploração começou no dia 18 de agosto e atravessou todo o Jaci-Paraná. Nela, encontraram diversos barracões de seringueiros e ainda sofreram um ataque de indígenas em que um homem foi morto e outro ferido – ao analisar as flechas, foi concluído que foram os Karitiana que atacaram a turma da exploração (PINHEIRO, 1949). Quanto aos grupos indígenas que habitam este rio:

“[...] são em número de três – a dos Caripunas, Caritianas e Acanga-Pirangas. Além destas há ainda, nas cabeceiras do rio, a tribo dos Gamelas. Essas tribos vivem em luta permanente com os seringueiros e só se aproxima das margens ou de algum barracão, para tomar uma represália.” (PINHEIRO, 1949, p. 19).

Em 1911, ocorreu uma exploração do rio Jamari, encarregada pelo 2º Tenente Octavio Felix Ferreira e Silva. Nesta exploração os membros não tiveram contato com indígenas, contudo, tiveram a ocasião de estarem próximos de algumas mulheres pertencentes aos Urupás. Estes indígenas viviam em companhia de exploradores de seringa do Jamari. Isto aconteceu em Belchor e na Cachoeira da Jatuarana (SILVA, 1920).

De acordo com Silva, os indígenas Urupás que viviam nas cabeceiras do rio Canaã de 1886 a 1888, se encontraram com o pessoal do explorador Duarte em 1900 e mudaram suas aldeias para Bom Futuro a convite de um seringueiro. Nesse lugar a “considerável tribo” ficou reduzida a cerca de 40 ou 50 indígenas, por conta da epidemia de varíola no mesmo ano; os que se salvaram foram para as cabeceiras do rio Pardo (SILVA, 1920). Silva ainda diz que existem nas cabeceiras dos rios Preto, Massangana e Branco, indígenas pertencentes a outras etnias. Contudo, as informações a esse respeito são contraditórias e confusas quanto às denominações (Ibidem).

Em 1913, o Capitão Amilcar Armando Botelho de Magalhães ficou encarregado de acompanhar Theodore Roosevelt pelo sertão do Brasil. Nesse trajeto passaram por Aterrado, pequena habitação à margem esquerda do rio Cuiabá. Sobre Aterrado, Magalhães diz que

“É muito interessante assignalar que o terreno, justificando perfeitamente o nome dado a esse lugar, é ahí constituído por camadas de aterro superpostas provavelmente pelos primitivos habitantes indígenas dessa zona. Justifica as hypotheses a exceção de qualidade e posição das terras nesse ponto, como em outras semelhantemente constituídas artificialmente, assim como a descoberta de fragmentos de objetos da cerâmica elementar dos aborígenes, fragmentos esses encontrados nas excavações locais.” (MAGALHÃES, 1916, p. 13).

Durante a travessia, eles tiveram contato com Nhambiquaras e Pauatês. O território dos primeiros se estende desde o vale do rio Papagaio até a estação telegráfica José Bonifácio, enquanto os últimos vivem nas margens do rio Ji-Paraná. Ambos se subdividem em vários grupos com denominações diferentes, ocupando vastas áreas. Ambos foram considerados povos guerreiros, que vivem inteiramente nus e alimentam-se de todas frutas e animais (MAGALHÃES, 1916).

Em 1915, houve a exploração do rio Ananaz, onde a comissão teve contato com os Cinta-Larga – tupis, da família linguística Mondé. Estes indígenas atacaram os membros da comissão, ocasionando a morte de dois membros. Após investigação, concluíram que os atacantes fariam parte do povo indígena Araras. Entretanto, de acordo com Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil (2003), esta foi uma denominação equívoca que, certamente, deve-se ao uso de penas de ara nos cocares e braçadeiras, como é costume dos Cinta Larga.

Além dessas explorações e levantamentos tiveram diversas outras – nos rios Ikê, Sangue, Papagaio, Arinos, etc (MAGALHÃES, 1930). Contudo, não há necessidade de descrever todas as explorações, uma vez que esse não é o foco deste trabalho e são muitas outras que não tiveram contato com indígenas.

Por fim, a partir deste capítulo tivemos a oportunidade de observar o imenso território percorrido pela Comissão Rondon e os diversos povos indígenas que tiveram contato ao longo do caminho. O próximo capítulo será destinado a organizar e descrever esses povos indígenas e sua cultura material – quando possível.

3 INDÍGENAS

Como dito anteriormente, este capítulo consistirá na organização e descrição dos povos indígenas que tiveram contato com a Comissão Rondon e sua cultura material. Este capítulo é de extrema importância para essa pesquisa, uma vez que é a partir dele que as informações sobre a cultura material desses povos indígenas virão à tona.

Tabela 2 – Informações sobre indígenas que tiveram contato com a Comissão Rondon

POVOS INDÍGENAS - COMISSÃO RONDON		
POVOS	LOCALIZAÇÃO	LÍNGUA
Apiacá	Rios Juruena, Arinos, Teles Pires e Tapajós	Tupi-Guarani
Ariquême	Cabeceiras dos rios Jamari, Candeias e Massangana	Tupi-Arikém
Borôro	Bacia do rio São Lourenço	Macro-Jê
Capichanã	Rios Tanani e Pimenta Bueno	_____
Cinta Larga	Rio Juruena até Juina Mirim, rios Roosevelt, Amarelo, Amarelinho, Guariba e cabeceiras do Aripuanã, Tenente Marques e Capitão Cardoso	Tupi-Mondé
Kanoê	Médio Pimenta Bueno	Kanoê
Karipuna	Margem direita do rio Madeira	Tupi-Guarani
Karitiana	Margem direita do rio Madeira e rios Candeias e Massangana	Tupi-Arikém
Guaraia	Campos do Pau Cerne, margem direita do rio Guaporé	Tupi
Ipotêuáte	Rio Comemoração	Tupi-Kawahib (Tupi-Guarani)
Irantxe	Rios Cravari e São João	Irantxe
Majubim	Rios Ricardo Franco e Ji-Paraná	Tupi
Massacá	Margem esquerda do médio Pimenta Bueno	_____
Mundurucu	Rio Tapajós	Tupi- Munduruku
Nhambiquara	Chapada dos Parecis, o Vale do Guaporé e a região entre o rio Iquê e os rios Cabixi e Piolho	Nhambiquara
Pacaá-Novo	Rio Pacaá-Novo	Chapacura- Wanham

Pareci	Rios Arinos e cabeceiras do Paraguai, até as nascente do Guaporé e Juruena	Arawak
Parintintim	Baixo rio Madeira até a boca do rio Ji-Paraná	Parintintim (Tupi-Guarani)
Parnauáte	Rio Ji-Paraná e afluentes do alto curso desse rio	Tupi
Quêpiquiriúate	Rios Barão de Melgaço, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Massangana	Tupi-Tupari
Rama-Rama	Rios Anary e Candeias	Tupi-Rama- Rama
Tacuatêpe	Rio Ji-Paraná, da foz do rio Comemoração à do rio Rolim de Moura	Tupi
Urumi	Rio Ji-Paraná e cabeceiras dos rios Tarumã e Machadinho	Tupi-Tupari
Urupá	Rios Urupá, Ji-Paraná, Candeias, Jamari e Jarú	Txapakura
Uru-Eu-Waw-Waw	Rios Machadinho e Candeias	Tupi-Kawahib

3.1 PARECIS

Até o século XVIII os Parecis se encontravam em grande quantidade, segundo Rondon (1910). Entretanto, começaram a ser dizimados por volta de 1720 pelos bandeirantes paulistas que descobriram as minas de Cuyabá no Planalto dos Parecis, o qual foi denominado por Antônio Pires de Campos – bandeirante paulista – por Reino dos Parecis (RONDON, 1915a; ROQUETTE-PINTO, 1917; RONDON, 1946a). Este bandeirante disse naquela época que não era possível enumerar suas aldeias; em um dia de marcha passavam por dez até doze aldeias, cada uma de dez e até trinta casas muito altas, cercadas de roças (RONDON, 1910; ROQUETTE-PINTO, 1917; RONDON, 1946a).

Pires de Campos discerne que cultivavam mandioca, milho, feijão, batatas e abacaxi “em admirável ordem plantados” (RONDON, 1910). Não eram guerreiros, mas usavam para defesa arcos, flechas e lanças (Ibidem). Diz Pires de Campos que viviam ao lado dos Parecis os indígenas Mahibarez, dos mesmos costumes e usos e em quantidade tão grande quanto os primeiros – segundo Metraux (1948), estes seriam os Parecis Uaimarés. Apenas algumas palavras se diferiam da língua dos Parecis e ainda furavam as orelhas (RONDON, 1910).

Segundo Rondon (1946a), os Parecis se dividem em quatro grupos: Uaimaré, filhos de Zacalo e Zalóia; Caxinití, filhos de Zaulorê; Cozárini, filhos de Camagô e Irantxe - contudo, os Irantxe não fazem parte do povo Pareci. Antigamente ainda havia os grupos dos Salumá e dos Oazané, que viviam na margem esquerda do Juruena e emigraram para algum lugar desconhecido (Ibidem). Contudo, em 1912, Rondon encontrou um grupo de indígenas que nomeou de Salumás, vivendo na Serra do Norte, a mais de 200 km a noroeste do Juruena (ROQUETTE-PINTO, 1917).

“A reunião destes grupos forma um povo único, sob a designação de Ariti, nome que se encontra nos cantos e nas denominações de suas instituições nacionais, como: Ariti-amúre, chefe pareci; Uti-Ariti, padre-médico pareci; Ariti-nirauenê, língua Pareci. ”
(RONDON, 1946a, p. 81)

A região ocupada por eles se estendia desde o Arinos e cabeceiras do Paraguai, até as nascentes do Guaporé e do Juruena (RONDON, 1946a; METRAUX, 1948) – Rondon (1915a) diz que o território Pareci se estendia até o rio Papagaio. Este território subdivide-se em áreas delimitadas atribuídas a cada um dos grupos pela tradição de vivência dos seus antepassados nesses solos: os Caxinitis tinham suas aldeias pelo vale do rio Sumidouro, tributário do Arinos, e pelas cabeceiras do Sepotuba e do Sacuriú-iná, o mais oriental dos subafluentes do Juruena; pela aresta do chapadão para a baixada do Paraguai se encontravam os Cozárini, os quais tinham aldeias nas margens dos rios Cabaçal, na cabeceira do Jauru, Guaporé, Verde, Papagaio, Buriti e Juruena; e, por fim, os Uaimaré se encontravam no curso médio e baixo dos rios Verde e do Sacre, (RONDON, 1910; RONDON, 1946a; METRAUX, 1948). A língua falada por esses indígenas é o Pareci, da família Arawak, com diferentes dialetos entre os grupos (METRAUX, 1948; ISA, 2018).

Tabela 3 – Grupos e regiões em que habitam os índios Parecis.

PARECIS	
GRUPO	REGIÃO
CAXINITI	Vale do rio Sumidouro e cabeceiras do Sepotuba e do Sacuriú-iná
COZÁRINI	Rios Jubá, Cabaçal, Jaurú, Guaporé, Verde, Papagaio, Buriti e Juruena
UAIMARÉ	Rios Verde e Sacre

Na maloca do amure Uazacuiriri-gassu – guia da Expedição de 1907 -, em Manatuco-suê, a cabeceira mais oriental do rio Verde, Rondon descreveu o sistema usado pelos Parecis na construção de suas casas:

“Primeiro traçam no chão o perímetro, quase sempre elíptico, da nova construção. Na direção do eixo maior plantam dois ou três esteios, destinados a sustentarem a cumieira. Ao longo do traço elíptico, vão fincando, a distâncias iguais, varas compridas e flexíveis; depois vergam-nas até tocarem à cumieira, na qual são solidamente amarradas. Estas varas preenchem o duplo ofício de arcabouço da casa e caibros da cobertura, porque a elas se amarram outras mais finas, equidistantes entre si e paralelas à cumieira[...]. Por fim, a esses caibros, pela parte de fora, dependuram feixes de sapê: para este efeito, cada feixe é munido de uma forquilha, de que uma das pernas constitui o seu núcleo. Por sobre esta primeira cobertura, estendem-se ainda camadas protetoras de sapê de folhas de pavoca, da malá-malá, e, algumas vezes, de buriti.” (RONDON, 1946a, p. 84).

Cada casa podia abrigar mais de 30 pessoas. Para impedir a invasão de água das chuvas, cercavam o perímetro da habitação com cascas de omé. Dentro das malocas, armavam as redes umas sobre as outras, das quais a do marido fica sempre acima da esposa. Além das redes, havia tocos que servem como cadeira. Em cada aldeia havia a presença de um moquéim público, do qual quem tem fome pode pegar o há nele (RONDON, 1910; RONDON, 1946a).

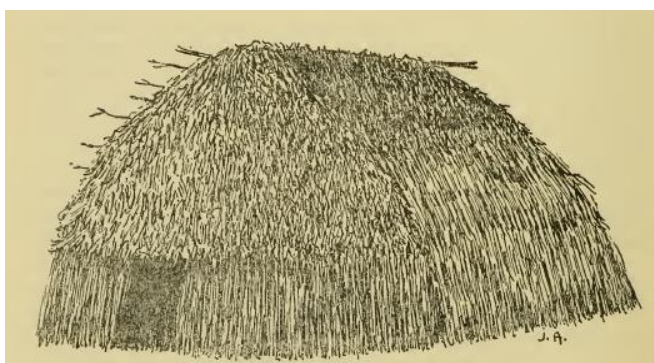


Figura 6 – Maloca Pareci (esquerda) e seu interior (direita).

Fonte: RONDON, 1946b; METRAUX, 1948

Estes indígenas viviam em grupos separados, familiares, com um chefe temporal (amure) e um espiritual (Utiariti). A metafísica religiosa dos Parecis é muito importante - e complexa - na cultura deste povo, havendo diversos rituais, entidades e lendas (ROQUETTE-PINTO, 1917; RONDON, 1946a). Por exemplo, a aldeia da chefia dos Parecis tem o nome de Macuátiakerê, entidade habitante da floresta com figura de mulher e corpo coberto de pelos compridos, com cabelo até o chão (RONDON, 1946a).

Os Parecis são ótimos conhecedores da medicina, em que fazem remédios à base de plantas e vegetais – Rondon (1910) listou 52 remédios para diferentes enfermidades. Além da medicina, sua agricultura se encontra bem desenvolvida. Se alimentavam de muitos frutos silvestres, como paineira do campo, cocos, tucum, guabiroba, tarumã, guapeba, jaboticaba do campo, maracujá, cajuí, etc. Ainda cultivavam o milho, a mandioca – da qual fermentam para fazer bebidas alcoólicas-, o algodão, a batata, o fumo e o cará. Quanto ao preparo do terreno, os homens derrubavam o mato com facão e faziam o roteamento da terra; as mulheres plantavam, tratavam e colhiam. Derrubavam a mata em maio, queimavam em agosto e plantavam em setembro, quando começam as chuvas. Os Parecis mudavam-se constantemente de local, por conta do solo que não se adequa ao plantio deles e também quando muitos morrem no mesmo local (RONDON, 1910).

Além dos trabalhos agrícolas, as mulheres fabricavam a cerâmica, a qual Rondon (1910) diz que apenas os Cozárinis ainda fabricavam panelas de argila. Na fabricação das panelas (matálo) as indígenas usavam o processo do cilindro de argila. A argila era trazida do lugar mais próximo que tenha barro e era amassada com cinzas da casca de uma árvore do Chapadão chamada por eles de Uhîssa (katipé) e com pó de pedra e minério de ferro. Após a peça secar, colocavam-na ao fogo (RONDON, 1910; RONDON, 1915a). Roquette-Pinto (1917) no seu famoso livro *Rondônia* descreve algumas peças etnográficas da coleção Pareci do Museu Nacional que “merecem atenção”, os quais alguns serão postos a seguir:

Uariá-malalô é vaso de barro mal cosido[...]. A forma geral lembra certo vaso de Marajó.

Em relevo, há uma figura em cujo interior quatro estrallas parecem representar olhos, nariz, boca, de uma face humana estylisada pelo processo dos ceramistas primitivos.

Malokocê – é cabaça com desenhos geométricos (triângulos) e figuras de aves (garças), entalhados em negro. Uma onça caçando uma ema, um lindo tamanduá bandeira, alguns pacús, são admiráveis motivos ornamentaes de outras.

Ixiçá – cúia pintada de preto pela face interna. Sem desenho. O laço é fixado, no rostrum da cúia, por meio do breu da almêcega. (ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 90)



Figura 7 – Aldeia Pareci com diversos vasos cerâmicos e cestos

Fonte: RONDON, 1946b

Além destes ainda haviam diversas cestas, faixas para cintura e cabeça, redes e maneiras de fazer trançado (ROQUETTE-PINTO, 1917). As mulheres ainda confeccionavam as redes de tucum e tecem o algodão para produzir o kônôkââ – faixa



que trazem na cintura ou na cabeça. Os cestos eram fabricados pelos homens (RONDON, 1910).

Figura 8 – Cestos feitos pelos Parecis

Fonte: RONDON, 1946b

Além de ótimos agricultores, também eram grandes caçadores, tendo suas caças prediletas a ema, o veado, a seriema e a perdiz. Para isso, caçavam com um escudo especial (Zaiakuti), constituído por várias varas flexíveis, no qual no meio havia uma cavidade para passar a arma de ataque. Estes indígenas tinham noção da época do ano em que as animais fêmeas estavam em período de choco, a melhor época do ano para se caçar cada animal e distintas maneiras de matar cada um deles. Como animais domésticos tinham o porco a galinha, o pato, o cachorro, o jacú, os papagaios, a arara, o periquito e o macuco (RONDON, 1910). Para a pesca empregam os anzóis e jequis⁹. Os peixes preferidos são o rubafo, a matrínha e o pacú. Atravessavam os rios com auxílio de canoas ou pinguelas e ainda nadam bem e são bons mergulhadores (Ibidem).

Misturando água, sementes maceradas de urucum, cera e óleo animal de tatú e da ema, os Parecis faziam uma tinta com que se pintam, usando diversos ornamentos de enfeites feitos de contas coloridas. Quanto aos instrumentos musicais, usavam flautas, trombetas e buzinas (ROQUETTE-PINTO, 1917). Da madeira ainda confeccionavam gamelas, colheres e pilões (RONDON, 1910).

3.2 NHAMBIQUARAS

Antes da Comissão Rondon, se sabia muito pouco dos Nhambiquaras. Entretanto, este nome aparecia em diversas publicações do século XIX relacionadas a povos indígenas, mas era usada para caracterizar diversos povos que, por exemplo, perfuravam os narizes ou orelhas (ROQUETTE-PINTO, 1917). Karl von den Steinen e Dr. Koch foram os únicos a conseguirem informações confiáveis dos Nhambiquaras antes da Comissão Rondon. Os autores apontaram que é um povo que pesca, caça, coletam frutos, usam utensílios de madeira e de pedra, fazem casas grandes e de palha, e

⁹ Cesta de pescaria usada como armadilha para pegar peixes

que são inimigos dos Apiacás e Mundurucus (RONDON, 1910; ROQUETTE-PINTO, 1917).

Era um povo de espírito guerreiro que atacou a Comissão Rondon nas três principais Expedições (1907, 1908, 1909). Contudo, após muito presentes e tentativas de confraternizações, a comissão ganhou a amizade destes indígenas, com destaque à invernada de Campos Novos, onde os Nhambiquaras normalmente passavam por ali para ganhar presentes e confraternizar com os membros da comissão (ROQUETTE-PINTO, 1917; RONDON, 1946b).

Os Nhambiquaras habitavam o vale do Juruena, desde a confluência com o Arinos até as suas cabeceiras (RONDON, 1910). Roquette-Pinto (1917) explica que o limite meridional do território dos Nhambiquaras é o rio Papagaio; ao norte atinge o Ji-Paraná, a leste, o Tapajós; a oeste, o Guaporé. Já neste século, Miller (2008) discerne que ocupam a região da Chapada dos Parecis, o Vale do Guaporé e a região entre o rio Iquê e os rios Cabixi e Piolho.

Os Parecis diziam que os Nhambiquaras se dividem em dois grupos: Uakoakorê e Ouhoaiêrê. O último se encontra desde o Juruena até o Camararé e são mais guerreiros que o primeiro (RONDON, 1910; RONDON, 1946). Contudo, de acordo com Roquette-Pinto (1917), os Nhambiquaras se dividem em cinco grupos: Kókôzú, Anunzê, Uaintaçu, o que ele chamou de *grupo Noroeste* e o *grupo Septentrional* – formado pelos Tagnanis, Tautitês, Salumás, Tarutês, Taschuitês. Os Kókôzú habitavam próximo às margens do Juruena, do Juina, do Papagaio até o Camararé; os Anunzê habitavam o baixo rio 12 de Outubro e se estendiam até a confluência do Arinos com o Juruena; os Uaintaçu habitavam o sudoeste da invernada de Campos Novos e desciam até o Guaporé; o *grupo Noroeste* morava na vizinhança das águas do Madeira, nas margens de tributários do Ji-Paraná (ROQUETTE-PINTO, 1917).

Tabela 4 – Grupos e regiões em que habitam os Nhambiquaras, de acordo com Roquette-Pinto (1917)

NHAMBIQUARAS	
GRUPOS	REGIÃO
KÓKÔZÚ	Margens do Juruena, Juina, Papagaio até o Camararé
ANUNZÊ	Baixo rio 12 de Outubro até a confluência do Arinos com o Juruena

UAINTAÇÚ

Sudoeste da internada de Campos Novos até o Guaporé

NOROESTE

Águas do Madeira, nas margens de tributários do Ji-Paraná

SEPTENTRIONAL

Vale do Juruena

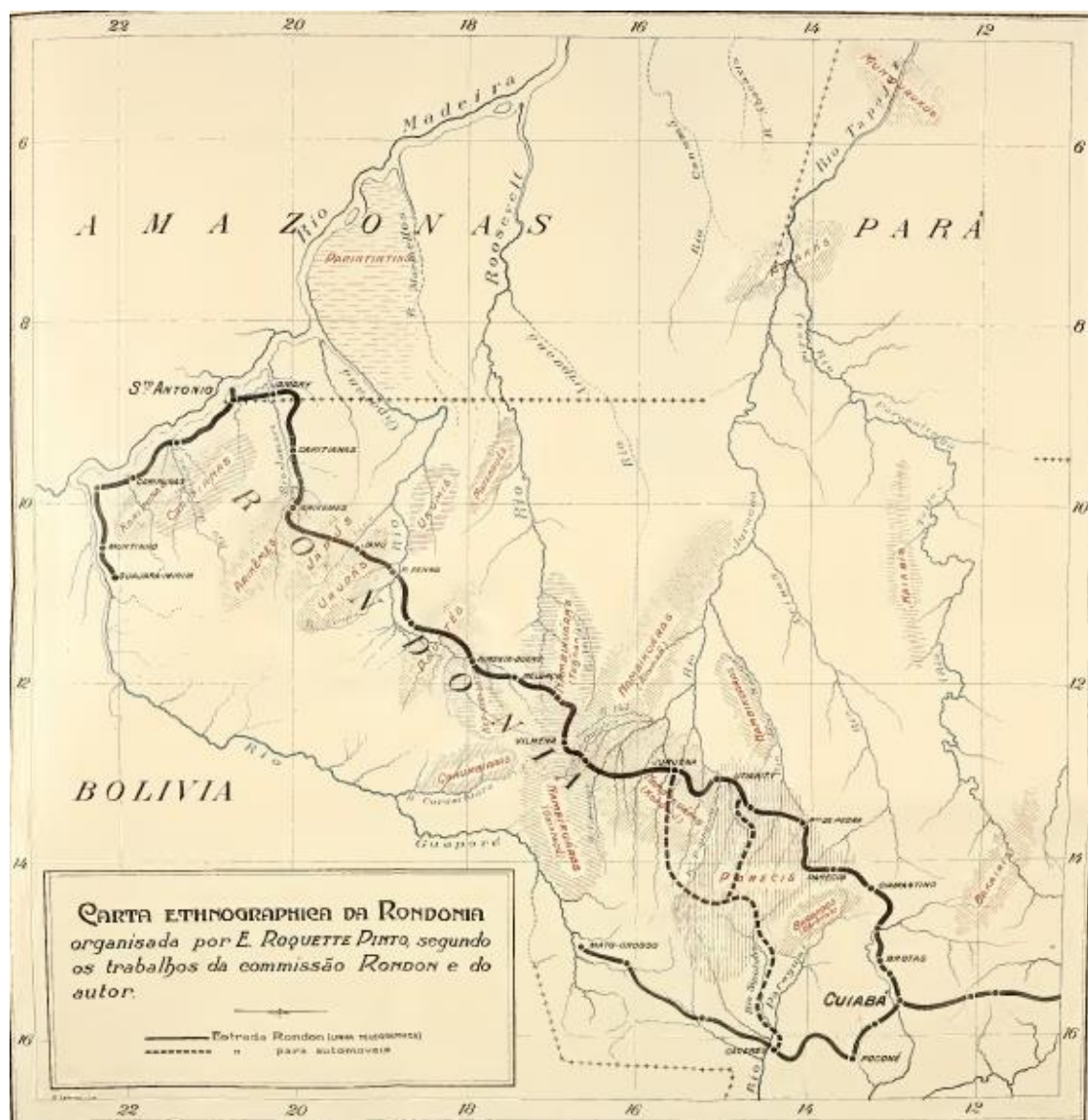


Figura 9 – Mapa da localização dos Nhamiquaras e mais alguns povos indígenas do sudoeste amazônico

Fonte: ROQUETTE-PINTO, 1917

Os Nhambiquaras falam línguas da família linguística Nhambiquara, uma família linguística sem relação comprovada com outras da América do Sul (MILLER, 2008). Esta família linguística pode ser dividida em três grupos de diferentes regiões do território Nhambiquara: Sabanê, Nhambiquara do Norte de Nhambiquara do Sul (PRICE, 1972 *apud* MILLER, 2008). O primeiro localiza-se no extremo norte do território Nhambiquara; o segundo se encontra nos vales dos rios Roosevelt, Tenente Marques, Cabixi e Piolho; e o terceiro se estende pelo restante do território Nhambiquara (MILLER, 2008).

Tabela 5 – Grupos linguísticos e regiões em que habitam os Nhambiquaras, de acordo com Miller (2008).

NHAMBIQUARAS

LÍNGUA	REGIÃO
SABANÊ	Extremo norte do território Nhambiquara
NORTE	Vales dos rios Roosevelt, Tenente Marques, Cabixi e Piolho
SUL	Restante do território Nhambiquara

As aldeias dos Nhambiquaras, geralmente, eram construídas no cerrado, no alto de colinas, longe dos cursos d'água – algumas distam mais de um quilômetro do corpo hidrográfico mais próximo (RONDON, 1915a; ROQUETTE-PINTO, 1917) – um exemplo de lugar não ribeirinho para se procurar sítios arqueológicos. O objetivo disso era sofrer menos com os mosquitos e ter uma melhor visão do território, em caso de ataque, segundo Roquette-Pinto (1917). Contudo os Tagnanis e Tautês viviam em região de grandes florestas e chavascais. (Ibidem).



Figura 10 – Nhambiquaras Tautitês e sua maloca em segundo plano em sua aldeia perto de José Bonifácio

Fonte: RONDON, 1946b

A aldeia era construída em volta de uma grande praça de cinquenta metros de diâmetro com chão totalmente limpo e estradas saindo do perímetro da aldeia. A aldeia era composta de duas casas, uma em frente a outra e localizada nas extremidades da aldeia. Além das moradas fixas, ainda se encontravam nas aldeias, habitações provisórias. As habitações provisórias são toldos de ramos e folhagens para passar alguns dias caçando no local. Os Nhambiquaras mudam-se constantemente de local (RONDON, 1915a; ROQUETTE-PINTO, 1917). Roquette-Pinto (1917) diz que pode ser por conta da morte de algum indígena ou ocorrência de alguma “desgraça comum”.

Segundo Miller (2018), há diferentes tipos de habitação de acordo com sua região: no norte do território Nhambiquara as casas tinham formato cônico (Figura 11); na região do Guaporé, as casas eram grandes e compridas e na região do Vale do Juruena, eram pequenas e semi-esféricas.

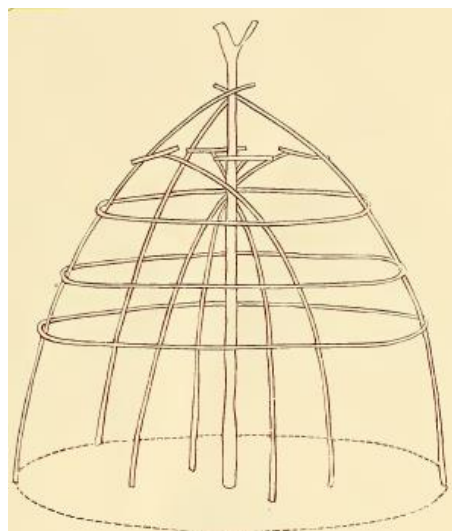


Figura 11 – Aldeia Nhambiquara na Serra do Norte e seu arcabouço

Fonte: RONDON, 1946b; ROQUETTE-PINTO, 1917

Uma aldeia do rio Juina em que Roquette-Pinto (1917) visitou, constava de duas casas: a primeira era pequena, redonda, provida de uma porta mais ou menos ampla; cabiam nela mais ou menos 20 pessoas. A segunda tinha forma triangular e era mais bem acabada que a primeira; media 9 metros de comprimento, 3,75 metros de largura e 2,50 metros de altura. Duas forquilhas plantadas nos extremos, uma travessa longitudinal e alguns caibros sustentavam as “grandes palmas protetoras do uauassu”. Ambas aldeias tinham aberturas na direção leste-oeste (ROQUETTE-PINTO, 1917). Nas aldeias dos Tagnanis e dos Tautités também se encontravam duas aldeias com abertura na direção leste-oeste. Contudo eram de formato cônico com uma vara no vértice do cone, terminando sempre em forquilha. As portas ficavam face a face (ROQUETTE-PINTO, 1917). Dentro das cabanas são encontrados:

“[...] três jirãos feitos de taquara, próprios para secar a raspa de mandioca e duas enormes panellas negras, que não poderiam ter passado pelas portas; enfiados na palha do tecto, adornos, utensílios leves, um sortimento de utilidades... A palha das cabanas é o almoxarifado dos índios; guardam nella suas miudezas.

Debaixo de cada jiráo, uma pequena fogueira.

Quatro pés de taquara, enfiados no chão, suportando uma grade horizontal de taquarinhas: eis o jiráo.” (ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 155-156).

Ao redor da habitação ficavam amontoados de ossos, côcos quebrados, nozes de bacaba, favas de jatobá, sabugos de milho, carvão e artefatos inutilizados pelo uso.

Plantam milho, cará, favas, mandioca, batatas mamona, algodão, feijão, manduim, abóboras, mangabeiras, urucum, abacaxis, fumo e outras plantas silvestres. O milho, a mandioca e a caça eram os principais elementos de sua alimentação. Suas roças eram sempre circulares, abertas por meio da retirada das árvores pelo machado de pedra (cuneiformes e feitos de diábase) e limpam-na por meio do fogo (RONDON, 1915a; ROQUETTE-PINTO, 1917). As roças poderiam se localizar próximas ou longe das aldeias – duas a três horas de caminhada. Neste caso, constrói-se um abrigo temporário onde permanecem durante o período do plantio (MILLER, 2008).

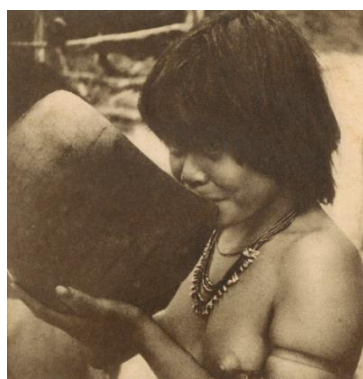


Figura 12 – Nhambiquaras do rio Cabixi socando, espremendo e bebendo suco de abacaxi
Fonte: RONDON, 1946b

Além da agricultura, usavam da caça para conseguir comida, na qual usam arco e flecha. Para certos tipos de animais usavam flechas específicas. Os Nhambiquaras comiam qualquer tipo de animal, apesar de domesticarem alguns – urubus, corujas e macacos. Os Tagnanis e Tautitês conservavam a carne no moquém, diferentemente dos Kókôzus (RONDON, 1910; RONDON, 1915a; ROQUETTE-PINTO, 1917). Os Nhambiquaras também apreciavam o hidromel e produzem bebidas alcoólicas, por meio da “*mastigação da mandioca ou milho, fermentação da massa, em grande panellas*” (ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 161).

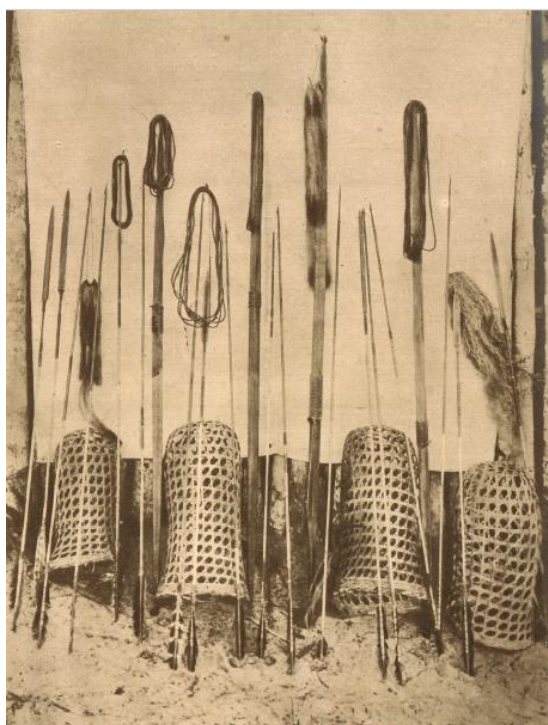


Figura 13 – Diversos artefatos Nhambiquaras
Fonte: RONDON, 1946b

Para as vestimentas, os Nhambiquaras da Serra do Norte usavam apenas uma tira de palha para tapar as partes íntimas. Os Kókôzus usavam pulseiras, braceletes e perneiras feitos de embira. Tagnanis e Tautitês usavam as mesmas peças, mas feitas de algodão. Os Uaintaçús raramente eram vistos com estas peças de vestimentas (ROQUETTE-PINTO, 1917). Adicionalmente, era comum usarem um manto de fibras

de palmeiras nas costas. Quanto aos adornos, os Nhambiquaras homens eram mais vaidosos que as mulheres. Os homens usavam diademas de penas, brincos, pingentes e colares, enquanto que as mulheres usam apenas uma parte destes. Os homens também furavam o lábio superior e o septo nasal, sendo mais comum nos indígenas da Serra do Norte. Os Nhambiquaras, tanto mulheres ou homens, pintavam-se de urucum nas ocasiões festivas (RONDON, 1910; ROQUETTE-PINTO, 1917).

Quanto às cerâmicas, o modo de preparo era o mesmo que o dos Parecis (RONDON, 1915a). Roquette-Pinto analisou uma cerâmica com resina e disse que “*É coberta com um fragmento de folha de palmeira. A panella tem 0,13 centímetro no maior diâmetro; é feita de argila enegrecida por cinzas. A pasta é grossa e mal cosida*” (RONDON, 1910, p. 56). Pires de Campos quando explorava o Planalto dos Parecis menciona os indígenas Cavihis “*moradores nos vales dos rios que correm para o Septentrião*” (ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 7), os quais, de acordo com Roquette-Pinto (1917), estes indígenas são os Kabixis – Nhambiquaras. Pires de Campos visitou uma aldeia abandonada desses indígenas e viu restos humanos apodrecendo dentro de alguns vasos (ROQUETTE-PINTO, 1917) – provavelmente, urnas funerárias.



Figura 14 – Cerâmica Nhambiquara (esquerda) e panela com breu Nhambiquara (direita)
Fonte: RONDON, 1910

A organização social dos Anunzês e Kókôzus era patriarcal: o pai governa a família, normalmente monogâmica. Os Tagnanis e Tautitês tinham chefes temporais poligâmicos bem definidos. O que ele mandava, todos faziam (ROQUETTE-PINTO, 1917). A mulher Nhambiquara colhe frutos, rala mandioca, soca o pilão, arma as



habitações provisórias, carrega as coisas para outras aldeias, cuida dos filhos e trabalha na roça. Contudo, são bem tratadas e fiéis, diferentemente dos Parecis (Ibidem).

Figura 15 – Nambiquaras Taitê preparando beijús de mandioca. Note que a morfologia das cabaças é a mesma comparada com a da preparação do suco de abacaxi

Fonte: RONDON, 1946b

3.3 BOROROS

Os Bororos vivem na bacia do rio São Lourenço (LOWIE, 1946; RONDON & FARIA, 1948). Durante a Expedição de 1907, como já dito, Rondon e sua turma encontrou uma aldeia de Bororos-Cabaças a noroeste de Cáceres, Mato Grosso (RONDON, 1915a). Levi-Strauss (1957) visitou as aldeias de Quejara, Porori e Jarudori dos Bororos habitantes do rio Vermelho, afluente do São Lourenço. As cabanas das aldeias eram instaladas em forma circular e no meio do círculo se encontrava a casa dos homens, na qual a população masculina passa o dia quando não está caçando ou pescando. Na ocasião da aldeia de Quejara (Figura 16), havia 150 pessoas, aproximadamente. Contudo, quando excedesse a média, construíam-se as casas familiares em círculos concêntricos (LEVI-STRAUSS, 1957).

Esta aldeia circular de Quejara era dividida em dois grupos: os Sera ao norte e os Tugarê ao sul. Um indivíduo sempre pertencerá a mesma metade que sua mãe e só pode casar-se com um membro da outra metade. Após o casamento, o homem pode transitar as duas metades e vai residir no outro lado. Apesar das duas metades parecerem independentes e separadas uma da outra, a realidade é muito diferente. As duas metades

da aldeia são associadas no plano social e religioso, se complementando e implicando a assistência da outra. Entretanto sempre há o orgulho e ciúmes entre as metades (LOWIE, 1946; LEVI-STRAUSS, 1957).

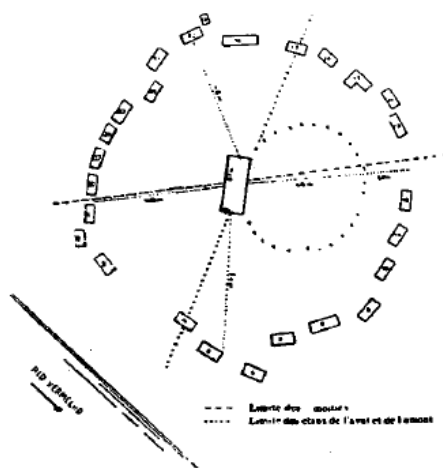


Figura 16 – Planta de uma aldeia Quejara

Fonte: LEVI-STRAUSS, 1957

Além da divisão das metades ainda há a divisão entre clãs nas aldeias. Cada clã não desfruta do mesmo “estatuto”, existindo clãs “ricos” e clãs “pobres”. Alguns clãs são melhores caçadores ou pescadores ou são mais industriais que os outros, mas não é isso que inclui a riqueza de um clã. A riqueza estatutária se encontra nos mitos, tradições, danças, funções sociais e religiosas. Esses aspectos se manifestam na cultura material, uma vez que quase todos objetos são blasonados, os quais permitem identificar o clã e sub-clã do proprietário. Os mitos, por sua vez, fundam privilégios técnicos, consistindo na utilização, trançado e disposição de certas penas, ou cores de penas; na execução de certos trabalhos decorativos; no emprego de temas especiais, etc (LEVI-STRAUSS, 1957).

Quanto à cultura material dos Borôro, usavam equipamentos de metal para os trabalhos pesados (entregues pelo Serviço de Proteção ao Índio), um instrumento para acabamento dos arcos e das flechas e um bastão de escavar que as mulheres usam para os trabalhos agrícolas (LEVI-STRAUSS, 1957). A cultura material da cabana era composta de cabaças e vasos de cerâmica preta – bacias hemisféricas e tigelas prolongadas de um lado por um cabo. Além disso, confeccionavam cesto de vime e

instrumentos de osso ou de madeira (Ibidem). Levi-Strauss ainda observa que é possível que “[...] outrora a cerâmica bororo era decorada e que uma proibição religiosa relativamente recente eliminou essa técnica.” (LEVI-STRAUSS, 1957, p. 237).



Figura 17 – Tigela de barro negro
Fonte: LEVI-STRAUSS, 1957

Quanto aos enfeites e adornos:

“[As mulheres usam] *enfeites em dentes de macaco ou em prêsas de jaguar, engastados em madeira e fixados com finas ligaduras.[...] Os homens usam também, no dias de festa, penduricalhos em crescente, formados por uma par de unhas do tatu grande enfeitados de incrustações de madrepérola, de franjas de penas ou de algodão. Os bicos de tucano fixados em hastes emplumadas, os feixes de plumas de ema, as longas penas das caudas das araras brotando de fusos de bambu perfurados e cobertos de plumas brancas coladas eriçam seu coques como grampo equilibrando por detrás os diademas de penas em redor da testa.*” (LEVI-STRAUSS, 1957, p. 238).

3.4 POVOS DO RIO PIMENTA BUENO

Foram encontrados nas cabeceiras do rio Pimenta Bueno, indígenas dos povos Quêpikiriúates, Capichanã, Canoê e Massacá (RONDON & FARIA, 1948).

Os povos do rio Pimenta Bueno, desmatam e limpam o terreno para plantação – as vezes em grande escala (LEVI-STRAUSS, 1948). Levi-Strauss (1948), explica que povos indígenas do rio Guaporé e dos rios acima plantam milho, amendoim, mandioca, pimenta, papaia, urucum, algodão e tabaco. Os Quêpikiriúates (Tupi-Tupari) pescam por meio de flechas venenosas (Ibidem).

As malocas são construídas em volta de uma praça central com capacidade menor que 100 pessoas. Os Quêpikiriúates dormem em um banco côncavo de madeira. Os homens desse povo usam ornamentos no lábio inferior, no septo nasal e na orelha. As mulheres usam contas de concha, colar de algodão, cintos, braceletes e pulseiras de algodão (LEVI-STRAUSS, 1948).

A cerâmica é rústica e sem tempero. Cabaças são especialmente comuns (LEVI-STRAUSS, 1948).



Figura 18 – Indígenas Quêpikiriúates das cabeceiras do Pimenta Bueno
Fonte: RONDON, 1946b

3.5 POVOS DO RIO JI-PARANÁ

Ao longo do vale do Ji-Paraná habitavam os povos Parnauáte (alto curso), Quêpikiriúáte, Parintintin (baixo curso), Ipoteuáte, Tacuatêpe, Majubim, Urumi (alto curso) e Urupá (RONDON, 1915c; RONDON & FARIA, 1948). Quanto aos Parintintins, Levi-Strauss (1957) explica que eles fazem parte do antigo povo Tupi-Kawahib, muito citado nos documentos dos séculos XVIII e XIX. Antigamente, os Tupi-Kawahib habitavam o baixo e médio Tapajós, sendo expelidos pelos Mundurucús em direção oeste. Com isso, fragmentaram-se em diversos grupos, dos quais os Parintintins fazem parte (LEVI-STRAUSS, 1957; NIMUENDAJU, 1948a).



Figura 20 – Indígenas Quêpikiriúate e sua maloca.

Fonte: RONDON, 1946b



Figura 21 – Indígenas Quêpikiriúate, vasos cerâmicos e maloca

Fonte: RONDON, 1946b



Figura 22 – Indígenas Ipoteuáte no rio Ji-Paraná
 Fonte: RONDON, 1946b

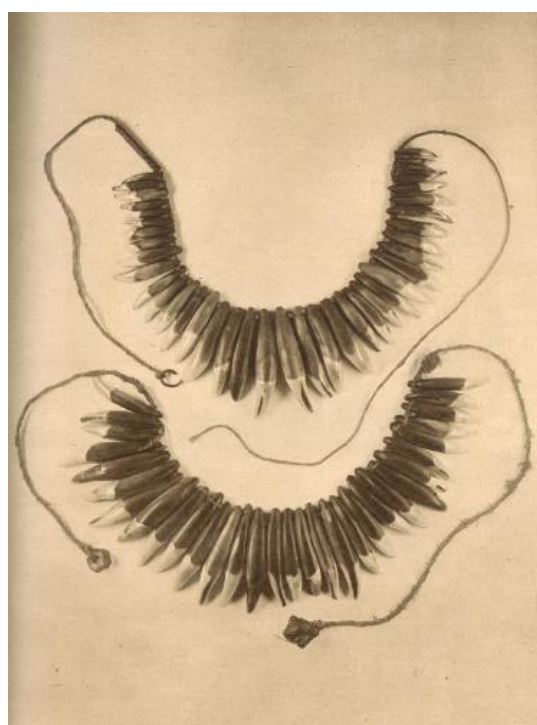
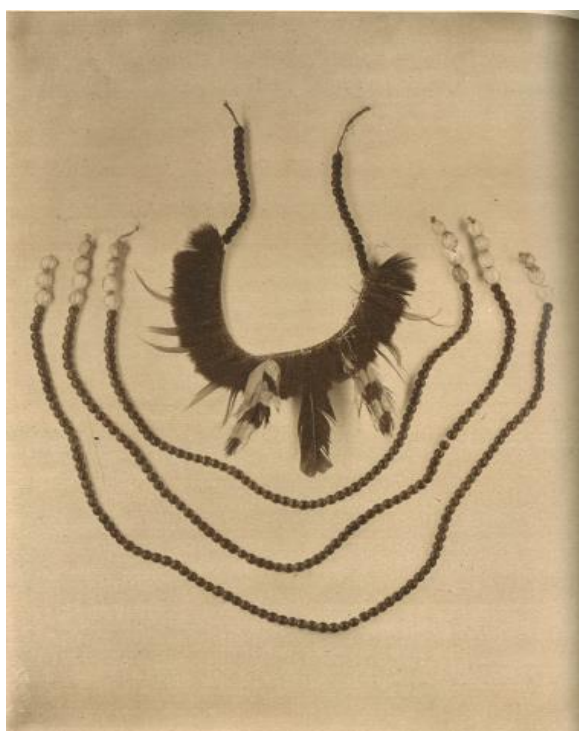


Figura 23 – Colares e enfeites de pena para a cabeça dos indígenas Ipoteuáte
 Fonte RONDON, 1946b



Figura 24 – Indígenas Urumi e sua maloca

Fonte: RONDON, 1946b



Figura 25 – Cemitério em gruta dos indígenas Urupá no Morro dos Veados nos Campo dos Urupá (esquerda) e urna funerária Urupá (direita)

Fonte: RONDON, 1946b

3.6 POVOS DO VALE DO JAMARI

O rio Jamari era habitado pelos indígenas Urupá e Arikême (SILVA, 1920; RONDON, 1946b). O último era maioria no curso deste rio, visto que esse povo ficou reduzido a cerca de 40 ou 50 indígenas, por conta da epidemia de varíola no ano de 1900 (SILVA, 1920). Os Arikême plantavam milho, feijão, cana de açúcar, batatas, aipim, etc. (RONDON, 1946b).

No rio Massangana, afluente do rio Jamari, viviam os Quêpikuriuáte, os Karitianas e os Arikêmes (SILVA, 1920; RONDON, 1946b).

Os Karitiana (Tupi-Arikém) são agricultores, caçadores e pescadores. A agricultura de coivara é realizada nas terras ao redor da aldeia. Nelas plantam principalmente macaxeira, milho, arroz, feijão e café. A caça era feita por arco e flecha e caçam macacos, queixada, caititu, paca, cutia, veado e diversas aves. A pesca era feita também com arco e flecha (STORTO & VANDER VELDEN, 2005).

As malocas tinham formato circular feitos por troncos, cipó e palha de babaçu (STORTO & VANDER VELDEN, 2018).

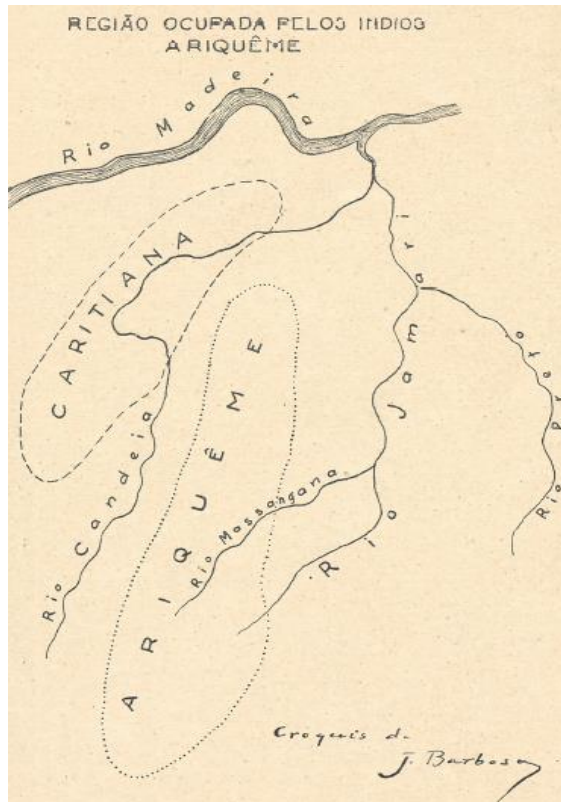


Figura 26 – Região ocupada pelos Arikême

Fonte: RONDON & FARIA, 1948



Figura 27 – Indígenas Arikunê – aparentemente civilizados – com cabaças onde preparam e servem o “totó”, bebida fermentada alcoólica deles.



Fonte: RONDON, 1946b

Figura 28 – Indígenas Quêpiquiriuáte buscando água no rio Massangana
Fonte: RONDON, 1946b

3.7 POVOS DO RIO TAPAJÓS

Ao longo do rio Tapajós viviam os Apiacás e os Mundurucus. Ambos inimigos dos Nhambiquaras.

Os Apiacás (Tupi-Guarani) praticam a agricultura, pesca e coleta para alimentação. A primeira é feita por meio da agricultura de coivara e realizada pelas mulheres (NIMUENDAJU, 1948b; TEMPESTA, 2009). Por meio dela, plantam mandioca, mandioca doce, milho, batata doce, amendoim, mangarito, feijão, feijão lima, abóbora, algodão, melancia e tubérculos (TEMPESTA, 2009).

Suas malocas são construídas de barro, palha de babaçu e madeira. Os Apiacás fabricam cestos, peneiras de fibra vegetal, remos, canoas, bordunas, colares, brincos e pulseiras de sementes e miçangas (TEMPESTA, 2009).

Os Mundurucus (Tupi-Munduruku), um povo de espírito guerreiro, plantam duas espécies de mandioca, batata doce, abacaxi, cana de açúcar, diversas pimentas e feijões e variadas espécies de bananas. Caçam antas, caititus, lebres, veados e cutias. Pescam por meio de arco e flecha e varas de pesca (RAMOS, 2003).

Ao longo do tempo as aldeias dos Mundurucus mudaram de composição por conta de seu caráter guerreiro. Primeiramente, a aldeia é composta por uma praça central, onde, em sua volta, se localiza as malocas e no meio se encontra a casa dos homens (HORTON, 1948). Depois as aldeias se estabeleceram para as margens dos rios, fazendo-se desaparecer a casa dos homens (RAMOS, 2003). A casa dos homens é ocupada pelos homens guerreiros e é de formato retangular, menor e mais rudimentar que as casas de habitação. Estas últimas são longas e retangulares (HORTON, 1948).

Os Mundurucus usam aventais, capas, diademas, cintos, bandoleiras, braçadeiras e perneiras ornamentadas com penas (HORTON, 1948). As cestarias e os trançados são feitos pelos homens, que fazem os cestos, peneiras e demais utensílios de uso doméstico (RAMOS, 2003). A cerâmica é manufaturada diretamente de uma bola de argila e de baixa qualidade (HORTON, 1948). A diversidade de armas dos Mundurucus é muito rica, visto seu caráter guerreiro. Encontram-se arcos, flechas (venenosas ou não), lanças de bambu, facas, dardos, machados e clavas (Ibidem).

3.8 POVOS DO RIO MADEIRA

No rio Madeira viviam os Karipunas e Parintintins

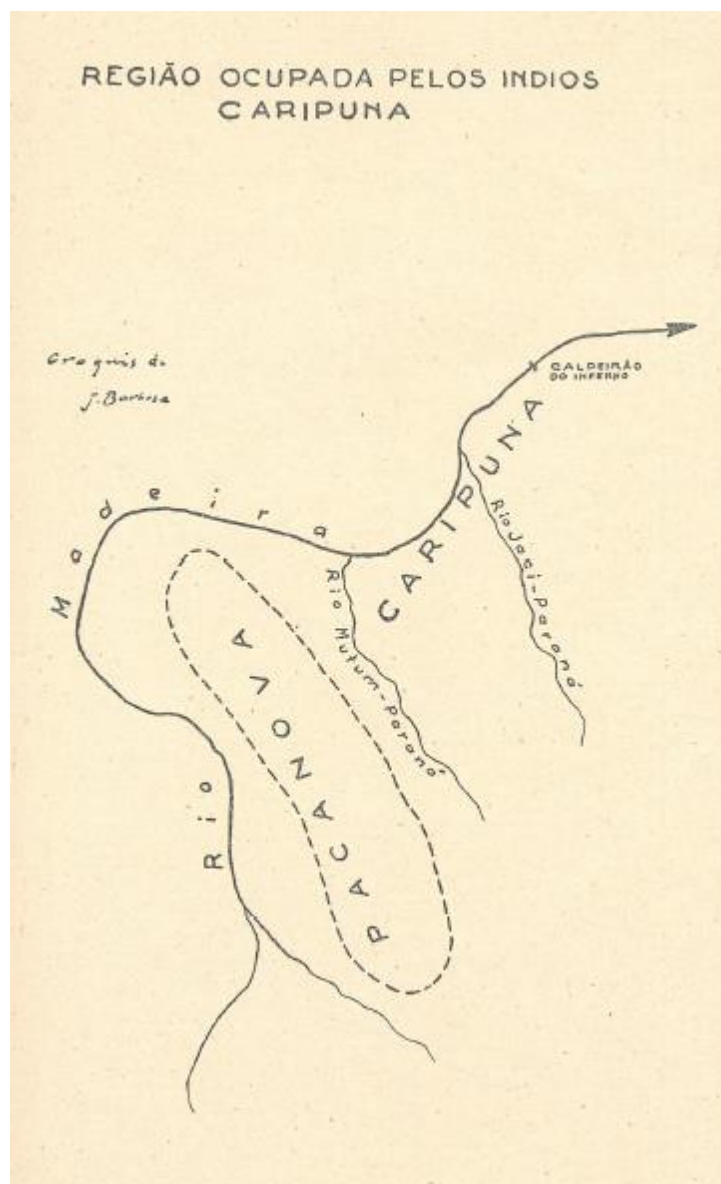


Figura 29 – Região ocupada pelos Karipuna

Fonte: RONDON & FARIA, 1948

3.9 POVOS DO RIO CANDEIAS

No rio Candeias habitavam os Rama-ramas, Uru-Eu-Waw-Waw, Karitianas e Urupás (RONDON, 1915a; MAGALHÃES, 1930).

De acordo com a Kanindé Associação de Defesa Ambiental (2016), os Uru-Eu-Waw-Waw (Tupi-Kawahib) são agricultores, caçadores e pescadores. A caça –

atividade masculina - é realizada com arco e flecha e a pesca – atividade masculina e feminina - com arco e flecha, arpão e rede (Ibidem). A agricultura é realizada por toda família, consistindo na cultivo de mandioca, macaxeira, carás, batata doce, taioba, algodão e mamão. As roças são feitas por meio da agricultura de coivara e se localizam próximo às aldeias (Ibidem).

Ainda segundo a Kanindé Associação de Defesa Ambiental (2016), nos rituais eles se pintam com urucum e na guerra se pintam com jenipapo com um “X” marcado no peito. Ainda pintam a cara da boca à orelha com um risco em volta dos lábios. Talvez essa seja a razão por serem conhecidos por “Boca-Preta” (Ibidem).

3.10 POVOS DO RIO ROOSEVELT

No rio Roosevelt vivem os Cinta Larga. De acordo com a Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil (2003), os Cinta Larga (Tupi-Mondé) dedicam-se pouco à agricultura, realizada por meio de derrubadas e queimadas pelos homens, mas a plantação tem a ajuda das mulheres (Ibidem). Primeiro planta-se o milho, depois variedades de mandioca e um tubérculo chamado marãjiá. Com os alimentos plantados, os Cinta Larga produzem a chicha, a qual quase não sofre fermentação (Ibidem).

Como argumenta a Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil (2003), a caça é a atividade favorita dos Cinta Larga. Eles caçam qualquer tipo de animal: aves, mamíferos, peixes e répteis. Entre eles estão os macacos, jacu, jacutinga, mutum, queixada, caititu e anta (Ibidem). Para a pesca, os Cinta Larga preparam longas hastes de madeira para atirar nos peixes. Os Cinta Larga ainda praticam a coleta, na qual coletam castanhas, mel de abelhas, cacau, pama, abiurana, jatobpa, ingá, patauá e pequi (Ibidem).

Ainda segundo a Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil (2003), para a guerra os Cinta Larga se pintavam de jenipapo, com motivos animais ou vegetais. Adornavam-se com cocares de penas de gavião, colares de contas no pescoço, as cintas típicas e palhas de buriti enroladas nos braços e pernas. Suas armas são o aro e flecha e o tacape. O artesanato ainda inclui confecção de cestos, pilão, fuso, furadores, ornamentos, adornos e armas de guerra já mencionados (Ibidem).

3.11 POVOS DO RIO GUAPORÉ

Nos campos de Pau Cerne, no rio Guaporé, viviam os Guaraíás. Maldi (1991) explica que esse povo é resultado de grandes migrações Guaraní oriundas do Paraguai no século XV que resultaram na formação dos Guaraíás (ou Guaraíós ou Guarayos-Pauserna).

A partir deste capítulo pudemos observar os povos indígenas que tiveram contato com a Comissão Rondon, onde estão localizados, e a cultura material de alguns deles. No próximo capítulo faremos a discussão final deste trabalho.

4 DISCUSSÃO FINAL

Durante a Expedição de 1907, Rondon (1915a) passou pelo rancho dos seringueiros Manéco Rondon e Richemond no vale do Sepotuba. Nesse rancho, Rondon encontrou um grupo indígena impropriamente chamado de “Kabixis”. Rondon (1946a) diz que esta designação imprópria se dá pelo fato de antigamente os moradores de Villa Bella chamarem os Nhambiquaras de “Kabixis”, pelo motivo de que os antigos moradores dessa povoação falarem que os Kabixis eram inimigos dos Parecis e os artefatos dos Kabixis eram idênticos aos de uso dos Nhambiquaras.

Contudo, Maldi (1991), citando um estudo de David Price (1983), explica que o termo “Kabixi” era na verdade relacionado aos Parecis: “*Kabizi [Kabixi] era a denominação dada pelos Kaziniti e os Waimáre aos Kozárene [...]*” (MALDI, 1991, p. 232). A partir do século XIX, vários povoados próximos do Guaporé começaram a ser atacados por indígenas. Para identificar os atacantes, os moradores ficaram divididos entre os Parecis e os “Kabixis”. Portanto, dessa maneira, os colonos começaram a separar os dois: os Parecis eram os indígenas dóceis, enquanto os “Kabixis” eram os indígenas selvagens (MALDI, 1991).

Cruzando as informações de Rondon (1946a) e Maldi (1991) podemos chegar à conclusão que os moradores de Villa Bella e povoados próximos do Guaporé chamavam os Nhambiquaras de “Kabixis”, pois o segundo era visto como um índio selvagem, assim como o primeiro, enquanto que os Parecis eram vistos como dóceis. Dessa maneira, na mentalidade dos colonos, os Kabixis se transformaram como inimigos dos Parecis, uma vez que foram ligados aos Nhambiquaras. Este dado é interessante, pois um povo teoricamente pacífico e propício ao comércio como os Parecis – e todos Arawak –, já tiveram seus momentos de agressores.

Ao longo da Expedição de 1908, a Comissão Rondon encontrou diversas aldeias indígenas. No vale do Juruena, a doze quilômetros ao norte do destacamento no rio Juruena, foi encontrada uma aldeia abandonada Nhambiquara composta de um rancho grande de forma idêntica à dos Parecis, de dois ranchos menores circulares e de um rancho aberto de formato esférico (RONDON, 1915a). Na mesma aldeia, em um dos ranchos menores foram encontrados flautas de taquara e alguns outros instrumentos semelhantes aos de uso Pareci (Ibidem).

Em outra “visita” em uma aldeia Nhambiquara abandonada no vale do Juruena, Rondon (1915a) disse que o formato do rancho grande desta aldeia também é idêntico às habitações Parecis. Além disso, ele encontrou fragmentos cerâmicos Nhambiquaras, sobre os quais o guia Pareci dessa Expedição explicou que os Nhambiquaras fazem suas cerâmicas como eles: “[...] *misturando com barro, a cinza de Uhîssa [árvore katipé do Chapadão dos Parecis] e pó de pedra e minério de ferro.*” (RONDON, 1915a, p. 136). Portanto, tanto os Parecis, quanto os Nhambiquaras usavam o minério de ferro como uso proposital de tempero para a confecção de sua cerâmica.

Metraux (1948) diz que, diferentemente da maioria dos povos Arawak, os Parecis têm uma cerâmica rudimentar, contudo eles podem ter tido uma cerâmica mais complexo e de melhor qualidade no passado. Roquette-Pinto (1917) durante a análise das cerâmicas dos Parecis faz o mesmo *insight* enquanto analisava o Uarià-malalô (ver p. 53). Entretanto, os desenhos nas cabaças que os Parecis confeccionam, são inversamente complexos. Um exemplo disso é o Malokocê (ver p. 53), que é uma cabaça com desenhos geométricos e de diversos outros animais (ROQUETTE-PINTO, 1917). Roquette-Pinto (1917) ainda diz que os motivos ornamentais de outras cabaças são admiráveis, dando a entender que a cabaça Malokocê não é a única a ter desenhos – ou motivos ornamentais – em sua superfície.

As mesmas características das cerâmicas e cabaças dos Parecis são encontradas nas cerâmicas e cabaças dos Nhambiquaras – menos a hipótese de que as cerâmicas dos Nhambiquaras foram de melhor qualidade no passado. As cerâmicas dos Nhambiquaras são rudimentares e as cabaças têm motivos ornamentais – de desenhos geométricos e curvas sinuosas (Figuras 30 e 31).

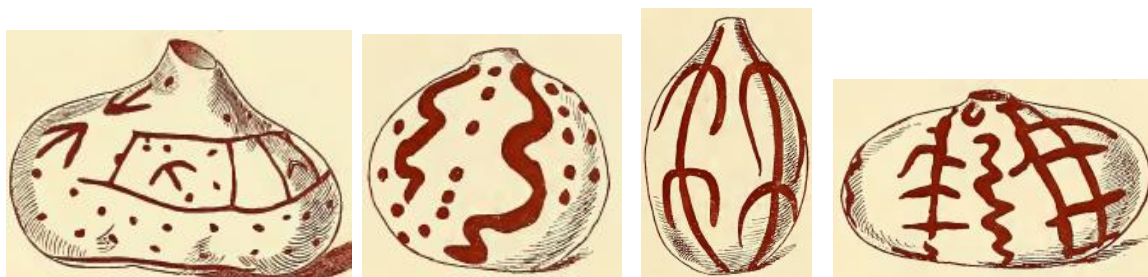


Figura 30 – Cabaças Nhambiquaras
Fonte: ROQUETTE-PINTO, 1917



Figura 31 – Motivos ornamentais Nhambiquaras

Fonte: ROQUETTE-PINTO, 1917

Além dessas semelhanças, é provável que a morfologia das malocas Nhambiquaras da Serra do Norte seja a mesma que os Parecis usavam séculos atrás. Como já dito, Antônio Pires de Campos desbravou o Chapadão dos Parecis no século XVIII e neste trajeto ele atravessou dezenas de aldeias Parecis (RONDON, 1910; ROQUETTE-PINTO, 1917). De acordo com Roquette-Pinto (1917), o bandeirante paulista descreveu as malocas Parecis com “feitio de forno”, muito altas e com portas pequenas, possibilitando a entrada nas malocas apenas engatinhando. Ainda segundo Roquette-Pinto (1917), essa é a morfologia das malocas Nhambiquaras (da Serra do Norte): redondas, altas e com portas pequenas (Figura 32).



Figura 32 – Maloca Pareci no Buracão (esquerda) e maloca Nhambiquara na Serra do Norte (direita)

Fonte: RONDON, 1910; RONDON, 1946b

Para ele, apenas com essa semelhança já seria possível indicar que os Nhambiquaras “*representam um ramo da nação Parecí, que se atrazou de seus parentes, a ponto de tornar-se irreconhecível, como parte da família.*” (ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 8). Descartando a visão evolucionista dessa opinião de Roquette-Pinto (1917), ela não é totalmente descartável, apesar de ser improvável, uma vez que as

línguas Arawak dos Parecis e Nhambiquara do grupo homônimo não têm semelhanças linguísticas.

Contudo, ainda há outras duas hipóteses para tais semelhanças na cultura material entre os Parecis e os Nhambiquaras: a primeira se dá pelo fato dos Nhambiquaras serem os inimigos implacáveis dos Parecis. Dito isso, por meio das guerras, os Nhambiquaras escravizavam e/ou raptavam as mulheres Parecis – uma prática muito comum entre os indígenas. Com isso, os primeiros podem ter absorvido alguns aspectos da cultura material do segundo. Mais: como já vimos, o território do vale do Juruena já foi dos Parecis e foi tomado pelos Nhambiquaras por meio das guerras. Nesse processo, os Nhambiquaras podem ter incluído as cerâmicas/cabaças e as malocas dos Parecis.

A segunda hipótese é a existência de redes de contato entre esses dois povos. Maldí (1991) observou essas redes de contato no vale do Guaporé, Mamoré e na parte mais ocidental de Rondônia. Este fenômeno cultural formou uma rede de diversos povos com uma tecnologia comum. Isso pode ser visto entre os Mojo (Arawak), Baure (Arawak) e Tapacura (Txapacura) na Planície dos Mojos. Maldí (1991) explica que essas redes de contato eram de ordem simbólico-religiosa e cerimonial. Por exemplo, o consumo ritual da chicha envolvia as aldeias em redes de reciprocidade e de solidariedade. Contudo, o evento cultural mais popular foi de ordem religiosa: o culto ao jaguar:

“Podendo ser considerado um elemento emblemático das culturas Baure e Mojo, tinha notável importância social e operava como um aglutinador de ritos especiais[...]. Os xamãs exibiam statual especial e eram responsáveis pelos ritos que, na prática social, tinham a função inequívoca de oficializar a solidariedade entre as aldeias.” (MALDÍ, 1991, p. 221).

Essas redes de contato (não necessariamente de ordem simbólico-religiosa) podem ter ocorrido entre os povos Pareci e Nhambiquara. O primeiro é da família Arawak, tradicionalmente conhecido por fazer comércio e preferir relações intergrupos pacíficas. Entretanto, o segundo é conhecido por serem guerreiros e isso pode ser um empecilho para a existência de uma rede de contato, visto que são necessárias trocas voluntárias pacíficas para sua existência. Contudo, um povo nunca é só guerreiro ou pacífico. Já vimos um exemplo disso no começo desse capítulo quanto aos “Kabixis” (Parecis). Portanto, é possível que as semelhanças na cultura material entre os Parecis e

Nhambiquaras podem ter ocorrido por meio das redes de contato em um passado em que ambos povos eram pacíficos entre si. Se esta hipótese estiver correta, é importante, pois pode ser uma rede que está distante dos grandes rios ou litorais.

Resumindo, há três hipóteses para as semelhanças na cultura material entre os Nhambiquaras e Parecis: 1. Nhambiquaras e Parecis eram um povo só; 2. Guerras, raptos e escravização de Parecis; 3. Redes de contato. Na opinião do autor deste trabalho, a hipótese dois é a mais provável, a hipótese três é menos provável que a segunda e a terceira é a menos provável.

Durante a Expedição de 1909, a turma de Marechal Rondon percorreu o rio Jamari de barco em demanda do rio Madeira para chegar a Santo Antônio do Madeira. Durante a travessia do rio Jamari, Rondon fez uma parada na cachoeira do Samuel, onde disse que esta foi povoada primitivamente pelos Karipunas (Tupi-Guarani), os primeiros habitantes do Jamari: “*Ella [cachoeira do Samuel] foi povoada primitivamente pelos índios Caripunas, segundo se depreende das reminiscências dos mais remotos habitantes do Jamary.*” (RONDON, 1915a, p.333).

Contudo, Almeida (2017), se baseando em estudos etno-históricos, etnográficos e nos estudos de Miller (*et al.*, 1992; MILLER, 2009), sugere a relação dos povos Tupi-Arikém com a arqueologia do Jamari – a Tradição Jamari. Miller (2009) explica que a história de ocupação desses povos no médio Jamari começaria com a fase Pacatuba (6000 AP), passando pela fase Massangana (4500 AP) e pela Tradição Jamari (2500 AP – 230 AP). Contudo, o autor não cita nenhum relato histórico que descreva a cerâmica (ALMEIDA, 2013). Entretanto, Vander Velden (2014: 27 *apud* ALMEIDA, 2017) descreve relatos de que os Karitiana (Tupi-Arikém) antigamente fabricavam cerâmicas, principalmente, pelas oleiras mais velhas.

Almeida (2017) explica que os dados históricos existentes são coerentes com essa hipotética relação, visto que apontam que o alto Madeira possuía uma alta variabilidade cultural e linguística. Entretanto, muitos desses povos acabaram em uma espécie de “panela de pressão”, tendo seus territórios invadidos e tomados pela expansão colonial e por outros povos indígenas vizinhos. Este pode ter sido o caso dos povos Tupi-Arikém do rio Jamari (ALMEIDA, 2017). Por exemplo, os Karitiana – o único dos três sub-grupos da família Tupi-Arikém que sobreviveram a este processo –

teriam se espalhado no passado ao longo da área entre os rios Jaci-Paraná, Madeira e Jamari (VANDER VELDEN, 2014: 21 *apud* ALMEIDA, 2017).

De fato, como já vimos na Expedição de 1909 da Comissão Rondon, o rio Jamari, desde 1886, foi ocupado por seringueiros que ao longo dos anos foram estendendo seu território pelas margens desse rio e, assim, quase exterminando os indígenas da região e afastando os remanescentes. Além disso, no período colonial, como diz Almeida (2017), o alto Madeira receberia uma grande entrada de povos exógenos.

Contudo, segundo Rondon (1915a), estes povos afastados das margens do rio Jamari seriam os Karipunas (Tupi-Guarani), em vez dos Tupi-Arikém. Apesar de ele não apresentar justificativa pela afirmação e os dados históricos serem mais coerentes com a relação com os Tupi-Arikém – vide Almeida (2017) -, essa colocação de Rondon é interessante, pois coloca os Tupi-Guarani de volta em um ponto de origem no sudoeste amazônico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho buscou-se apresentar a Comissão Rondon e identificar, descrever e organizar a materialidade dos povos indígenas que tiveram contato com essa comissão. Para tanto, usaram-se fontes primárias da Comissão Rondon, armazenadas no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE-USP) e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), e fontes secundárias sobre a comissão e povos indígenas. As fontes primárias foram filtradas de acordo com sua finalidade: foram escolhidos os relatórios sobre exploração e levantamento de rios, conferências e expedições; e descartados os relatórios sobre fauna, flora, zoologia, astronomia e saneamento.

Já na escrita do trabalho – após ler e organizar as fontes – começou-se introduzindo a Comissão Rondon, apresentando seu objetivo, contexto histórico e ideologias. Na sequência, apresentou-se o contexto ambiental do trajeto que a Comissão Rondon fizera, identificando os biomas, vegetação, redes hidrográficas e algumas formações de relevo importantes para compreender a localização da comissão em suas Expedições.

No capítulo seguinte, começou-se a tratar da Comissão Rondon diretamente. Primeiramente, o trajeto original, o trajeto percorrido e as divisões dos ramais e linha tronco foram abordados. Depois, foram descritas as três principais Expedições da Comissão Rondon (1907, 1908 e 1909).

A primeira Expedição ocorreu no ano de 1907 e começou em Cáceres, indo até Villa Bella da Santíssima Trindade para a finalização do primeiro ramal. De Villa Bella partiram para Cuyabá, onde seria iniciada a linha tronco em demanda de Juruena para prosseguir até Santo Antônio do Madeira em Expedições posteriores. No caminho encontraram diversos grupos Parecis e entraram no território Nhambiquara. Na volta foram atacados por este povo. Com esta Expedição, Rondon (1915a) pode observar que os Parecis são pacíficos e propícios ao comércio – comportamento próprio de povos Arawak – e os Nhambiquaras são totalmente o contrário: guerreiros e inimigos dos Parecis. Além disso, determinou o território desses dois povos no trajeto percorrido (RONDON, 1915a).

A segunda Expedição ocorreu no ano de 1908, a qual sairia de Aldeia Queimada, passando pelo rio Juruena para a instalação de um destacamento, em demanda de Santo Antônio do Madeira. Entretanto, quando chegaram na Serra do Norte, tiveram que voltar por conta de problemas de suprimentos em pontos estratégicos da Expedição. Ao longo do caminho a comissão “visitou” diversas aldeias Nhambiquaras abandonadas, onde descreveram boa parte da cultura material deixada. Na volta sofreram mais ataques de Nhambiquaras (RONDON, 1915^a; RONDON, 1915b).

A terceira Expedição ocorreu no ano de 1909. O plano inicial era atingir a foz do rio Abunã em demanda ao Acre e, por um pequeno ramal, chegar a Santo Antônio do Madeira. Esta Expedição foi dividida em duas turmas: A Expedição do Norte era comandada pelo Capitão Pinheiro e tinha o objetivo de fazer um levantamento rigoroso do rio Jaci-Paraná e prover suprimentos para a Expedição do sul quando chegasse neste rio. A Expedição do Sul era comandada por Rondon e faria o trajeto antes mencionado (RONDON, 1915a).

Ao longo do trajeto da terceira Expedição, encontraram algumas aldeias Nhambiquaras abandonadas e alguns indígenas deste povo. Por conta de posições geográficas errôneas dos rios Jamari, Jaci-Paraná e Ji-Paraná, e também devido às chuvas, Rondon decidiu seguir o rio Jamari e parar em Santo Antônio do Madeira. Dessa maneira, abandonando o plano inicial de passar pela foz do rio Abunã e seguir para o Acre. No rio Jamari, a turma de Rondon teve notícias de alguns povos indígenas habitando os principais afluentes e tributários deste rio, além de passar por diversos barracões de seringueiros (RONDON, 1915a; RONDON, 1915b).

Essas três Expedições abriram caminho para a realização de abertura de variantes e estrada, além de diversas outras explorações e levantamentos de vários rios ao longo do território desbravado entre 1907 e 1909. Foram exatamente sobre esses temas que o último subcapítulo do terceiro capítulo deste trabalho se trata. Nele, foram apresentados os planos de abertura de variantes e estradas, adicionando algumas das principais expedições exploratórias que tiveram contato com povos indígenas.

No seguinte capítulo, começou-se a discorrer diretamente sobre os diversos povos indígenas que tiveram contato com a Comissão Rondon de 1907 até 1915. Dito isso, o capítulo começa com a organização dos povos indígenas, famílias linguísticas e

das localizações desses povos a partir de uma tabela. Na sequência, foi descrita a cultura material desses povos indígenas pelos relatos dos relatórios da comissão e por outras fontes, como o *Handbook of South American Indians* e artigos do Instituto Socioambiental.

No quinto capítulo, discutiu-se sobre alguns pontos que mereceram destaque ser aprofundados. Primeiramente, a ligação do termo “Kabixi” com os Parecis, evidenciando um passado guerreiro desse povo indígena, o qual, teoricamente, é pacífico e prefere a comercialização à guerra. Em segundo lugar, as semelhanças na cultura material dos Nhambiquaras e Parecis, como o padrão de assentamento (ranchos grandes idênticos, segundo Rondon [1915a]); a morfologia das habitações dos Nhambiquaras da Serra do Norte idênticas às malocas de séculos atrás dos Parecis; e o mesmo modo de fazer as cerâmicas, aliado com sua rudimentariedade no formato e a complexidade em seus desenhos.

Pode haver três hipóteses para tantas semelhanças na cultura material entre esses dois grupos indígenas: 1. No passado os Nhambiquaras e Parecis eram um povo só; 2. Guerras e raptos e escravização de Parecis; 3. Redes de contato. A primeira hipótese é improvável – mas não impossível –, pois haveria algumas semelhanças linguísticas. A segunda é a mais provável – na opinião do autor deste TCC –, visto que os Nhambiquaras são inimigos dos Parecis e os primeiros costumavam escravizar os últimos, podendo ter absorvido algumas características da cultura material dos Parecis. Além disso, como bem disse o guia Pareci da Expedição de 1907, o território do Juruena era dos Parecis, sendo tomado por meio de guerras pelos Nhambiquaras. As aldeias abandonadas neste processo podem ter sido cruciais para a absorção destas semelhanças. A terceira hipótese também é provável – mesmo os Nhambiquaras sendo guerreiros e inimigos dos Parecis –, uma vez que um povo indígena não é apenas guerreiro ou pacífico. Já foi visto um exemplo disso quanto aos Parecis que no século XIX atacaram alguns povoados próximo ao rio Guaporé. Em um passado, distante ou não, estes dois povos podem ter formado redes de contato entre si que ocasionaram em uma tecnologia comum, como aconteceu no Complexo Cultural do Marico (MALDI, 1991).

Em terceiro lugar, há o relato de Marechal Rondon (1915a) na cachoeira do Samuel, onde ele disse que esta cachoeira foi povoada pelos Karipunas (Tupi-Arikém),

os primeiros habitantes do rio Jamari. Almeida (2017), baseando-se em estudos etno-históricos, etnográficos e nos estudos de Miller (*et al.*, 1992; MILLER, 2009), sugere a relação dos povos Tupi-Arikém com a arqueologia do Jamari – a Tradição Jamari. Apesar de ser mais provável a hipótese de Almeida (2017), se o relato de Rondon (1915a) estiver correto, coloca os Tupi-Guarani de volta em um ponto de origem no sudoeste amazônico.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Nacional de Águas (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras**. Edição Especial. Brasília: ANA, 2015

ALMEIDA, F. O. A arqueologia do rio Jamari e a possível relação com os grupos Tupi-Arikém – Alto Madeira (RO). **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, v. 17, n. 30, 2017.

Coordenação de Cartografia; Coordenação de Recursos naturais e Estudos Ambientais, da Diretoria de Geociências. Distribuição Regional da Vegetação Natural. Brasil: IBGE, 2004a.

Coordenação de Cartografia; Coordenação de Recursos naturais e Estudos Ambientais, da Diretoria de Geociências. Percentual aproximado de área ocupada por bioma nas unidades da federação. Brasil: IBGE, 2004b.

CUNHA, Ernesto. Carta da Viação Férrea do Brasil. São Paulo: Secção Geographica Artistica da Compa. Lith. Hartmann-Reinchenbach, 1910. Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/mapas/brasil-1910.htm>. Acesso em: 05 jan. 2019.

Diretoria de Geociências Coordenação de Geografia, IBGE. Regiões Geográficas Estado do Mato Grosso. Brasil: IBGE, 2015a.

Diretoria de Geociências Coordenação de Geografia, IBGE. Regiões Geográficas Estado de Rondônia. Brasil: IBGE, 2015b.

Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil. **Cinta Larga**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Cinta_larga. Acesso em: 15 jan. 2019.

HORTON, Donald. The Mundurucu. In: STEWARD, J. (Org.). **Handbook of South American Indians: The Coastal and Amazonian Tupi**. Washington, DC: Smithsonian, 1948.

Kanindé Associação de Defesa Ambiental. **Uru-Eu-Waw-Waw**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Uru-Eu-Wau-Wau>. Acesso em: 14 jan. 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Tribes of the right bank of the Guaporé River. In: STEWARD, J. (Org.). **Handbook of South American Indians: The Tribes of Mato Grosso and Eastern Bolivia**. Washington, DC: Smithsonian, 1948.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Editora Anhembi, 1957.

MAGALHÃES, Amílcar. Expedição Científica Roosevelt-Rondon. s. n. 1916.

MAGALHÃES, Amílcar. Pelos sertões do Brasil. **Livraria do Globo**. Rio de Janeiro, 1930.

MALDI, Denise. O complexo cultural do Marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do Médio Guaporé. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, vol. 7 (2), dez. 1991.

Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/mapas_cobertura_vegetal.pdf. Acesso em: 07 jan. 2019.

METRÁUX, Alfred. The Paressi. In: STEWARD, J. (Org.). **Handbook of South American Indians: The Tribes of Mato Grosso and Eastern Bolivia**. Washington, DC: Smithsonian Institution, 1948.

MILLER, E. T. A Cultura Cerâmica do Tronco Tupi no alto Ji-Paraná, Rondônia, Brasil: algumas reflexões teóricas, hipotéticas e conclusivas. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 1, n. 1, 2009. p. 35-136.

MILLER, Joana. **Nambikwara**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Nambikwara>. Acesso em: 18 jan. 2019.

NIMUENDAJU, Curt. The Cawahib, Parintintin, and their neighbors. In: STEWARD, J. (Org.). **Handbook of South American Indians: The Coastal and Amazonian Tupi**. Washington, DC: Smithsonian Institution, 1948a.

NIMUENDAJU, Curt. The Cayabi, Tapanyuma, and Apiaca. In: STEWARD, J. (Org.). **Handbook of South American Indians: The Coastal and Amazonian Tupi**. Washington, DC: Smithsonian Institution, 1948b.

OZÓRIO, F. O. **A tradição policroma no Alto rio Madeira**. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

PINHEIRO, Manoel. Exploração do Rio Jaci-Paraná. **Departamento de Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro, 1949.

RAMOS, André. **Munduruku**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku>. Acesso em: 10 jan. 2019.

RONDON, C. M. S. Ethnographia. **Papelaria Luiz Macedo**. Rio de Janeiro, 1910.

RONDON, C.M.S. Relatório apresentado à Directoria Geral dos Telegraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento da Guerra. Volume 1. **Papelaria Luiz Macedo**. Rio de Janeiro, 1915a.

RONDON, C.M.S. Relatório apresentado à Directoria Geral dos Telegraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento da Guerra. Volume 2. **Papelaria Luiz Macedo**. Rio de Janeiro, 1915b.

RONDON, C.M.S. Relatório apresentado à Directoria Geral dos Telegraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento da Guerra. Volume 3. **Papelaria Luiz Macedo**. Rio de Janeiro, 1915c.

RONDON, C. M. S. Primeira conferência realizada no Palácio Monroe no Rio de Janeiro 1910. **Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro, 1946a.

RONDON C. M. S. Índios do Brasil do Centro, Noroeste e Sul do Mato Grosso. Volume 1. **Conselho Nacional de Proteção aos Índios**. Rio de Janeiro, 1946b.

RONDON, C. M .S.; FARIA, João. Glossário Geral das tribos silvícolas de Mato-Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil. Tomo 1. **Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro 1948

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Rondônia. **Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro, 1917.

SILVA, Octávio. Exploração e Levantamento do Rio Juary. **Papelaria Luiz Macedo**. Rio de Janeiro, 1920.

STORTO, Luciana; VANDER VELDEN, Felipe. Karitiana. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karitiana>. Acesso em: 20 jan. 2019.

TEMPESTA, Giovana. **Apiaká**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apiak%C3%A1>. Acesso em: 15 jan. 2019